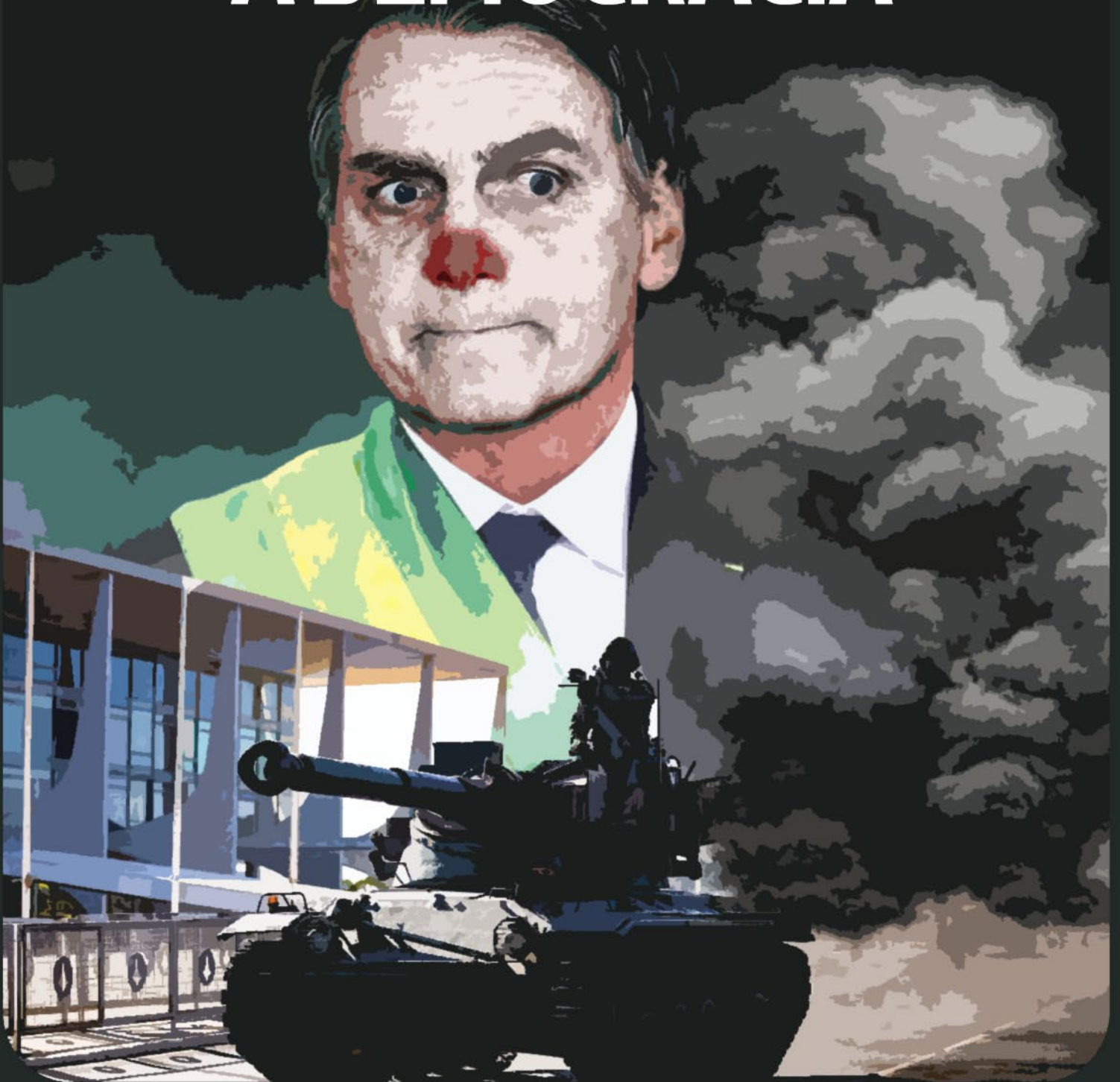


# PATÉTICA AGRESSÃO À DEMOCRACIA



focus  
BRASIL

Nesta edição

Entrevista com Pedro Serrano  
Bolsonaro e o neonazismo brasileiro  
O governo ataca o sistema de proteção social  
45 anos de Doces Bárbaros

## INTERDITAR BOLSONARO E REVOGAR A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

em defesa da vida  
e da democracia

## NEGACIONISMO E IRRESPONSABILIDADE LEVAM BRASILEIROS À MORTE



**ASSISTA AO  
PROGRAMA  
PAUTA BRASIL**  
SEGUNDAS, QUARTAS  
E SEXTAS-FEIRAS  
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E  
TRANSMISSÃO:



TRANSMISSÃO:



## SIGA O CANAL DA REVISTA



## NO YOUTUBE

# focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor Responsável: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Danilo Molina,

Pedro Camarão, Isaías Dalle

e Nathalie Nascimento



## FUNDAÇÃO Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores

### DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Luiz Caetano e Valter Pomar

### CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur

Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

### SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de

Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),

Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto

(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

### CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

## NESTA EDIÇÃO

Entrevista com Pedro Serrano  
..... **Página 5**

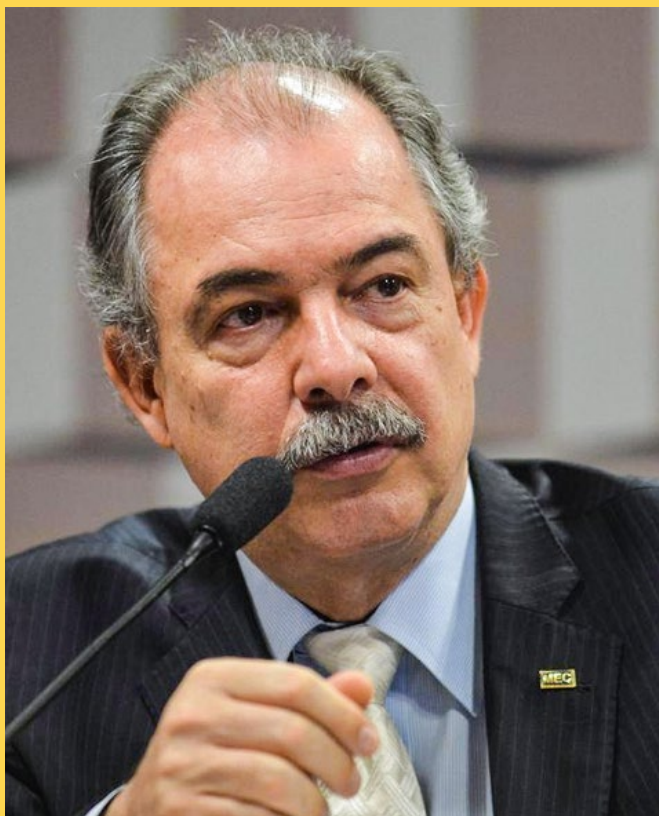
Semana de derrotas para Bolsonaro. Mas nem tudo  
é tiro de festim  
..... **Página 11**

Bolsonaro e o neonazismo brasileiro  
..... **Página 17**

Fim do Bolsa Família. Retrocesso para o sistema  
de proteção social  
..... **Página 22**

Nova reforma trabalhista. Ato II de uma grande  
mentira  
..... **Página 25**

Após 45 anos, Doces Bárbaros continua atual  
..... **Página 40**



EDITORIAL

# PATÉTICA AGRESSÃO À DEMOCRACIA

**Aloizio Mercadante**

A democracia é tão generosa que acolhe, inclusive, aqueles que a negam. Na democracia, um presidente pode ser eleito mesmo defendendo a ditadura, a censura, a tortura e os assassinatos políticos, como é o caso de Bolsonaro. Na democracia, um presidente eleito pode muito, mas não pode tudo e, seguramente, não pode ser um agente do caos sanitário, institucional, político, econômico e social, como tem sido o desgoverno de Bolsonaro.

A imagem do Brasil, duramente construída por governos anteriores, especialmente os do PT, está sendo destroçada com imensos prejuízos para todos. Um crime continuado contra a nação e os brasileiros que vem sendo praticado pelo negacionismo sanitário e ambiental de Bolsonaro.

Na democracia, as Forças Armadas têm um papel cuidadosamente definido pela Constituição e os mi-

litares não podem se associar ou estarem nas disputas políticas e partidárias. É terminantemente vedado a um general da ativa participar de um ato político, como aconteceu com Pazzuello que segue impune e protegido por um sigilo de cem anos. Mais grave é tentar transformar uma manobra militar em um instrumento de pressão e ameaça velada aos poderes Legislativo e Judiciário. O tenente Bolsonaro, julgado e convidado a se retirar do Exército, atual comandante em chefe das FFAA, conduziu, com a cumplicidade irresponsável de parte da alta cúpula militar, um desfile patético em um momento importante de votação legislativa e logo após o TSE e o STF enquadrarem seus desmandos em dois processos judiciais. A opinião pública repudiou a iniciativa, as redes sociais debocharam e o mundo civilizado aprofundou o descrédito no sofrido país de Bolsonaro.

Apesar desta patética aventura militar, a Câmara enterrou o voto impresso que era muito importante para o projeto golpista. Bolsonaro tentou conduzir a campanha eleitoral para o descrédito do resultado e a um grande confronto político aberto, como ocorreu recentemente no golpe da Bolívia e nas tentativas da extrema direita também no Peru e no próprio EUA, com Trump. A estratégia golpista do projeto Capitólio de Bolsonaro permanece, mas sofreu um importante revés.

Paralelamente, o centrão segue tentando passar a boiada. Felizmente, o distritão foi derrotado, mas o projeto de reforma tributária regressiva, com medidas de populismo fiscal e antecipação de receitas para o ano eleitoral, que irá agravar a fragilidade orçamentária do próximo governo, continua na pauta. A pedalação nos precatórios e outras medidas para burlar o teto de gastos públicos que Bolsonaro-Guedes se comprometeram a respeitar, permanecem na agenda. E a retirada do auxílio emergencial está sendo acompanhada de uma cortina de fumaça, o Auxílio Brasil, cheio de penduricalhos, que pretende revogar um programa exitoso e reconhecido internacionalmente, o Bolsa Família. Vai tirar com uma mão e devolver parte do que retirou com outra mão e grande pirotecnia.

Os indicadores da indústria e das vendas mostram um cenário de retração no último mês, a taxa de juros voltou a subir com graves implicações para as finanças públicas e para a recuperação econômica. A inflação, especialmente o custo de vida, a energia, o gás e a alimentação seguem empobrecendo e alastrando a fome. O desemprego recorde e dramático permanece intocável. O Brasil está muito cansado, exausto com a tragédia do desgoverno Bolsonaro que continua em seu papel de bobó da corte e agente do caos e do golpismo. As instituições seguem testadas ao limite, com reações importantes por parte do STF e do TSE e pela revogação do entulho autoritário que era a Lei de Segurança Nacional.

Há reações das instituições democráticas, mas as ruas e só elas, serão decisivas para derrotar e vencer Bolsonaro, seu desgoverno e o golpismo. •



# "O IMPEACHMENT DE JAIR BOLSONARO SALVARIA VIDAS"

O advogado afirma que o governo de Jair Bolsonaro tem como marca a destruição. A forma como o governo atuou na pandemia é parte de um projeto eugênico e a maioria das vítimas é de velhos, pobres e negros. Serrano ainda alerta que não se pode subestimar a força do bolsonarismo na sociedade.

Por Pedro Camarão

O advogado Pedro Serrano, professor de Direito Constitucional da PUC-SP defende as medidas adotadas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Supremo Tribunal Federal contra o presidente Jair Bolsonaro. Serrano considera que é preciso apurar a existência e a organização de ataques ao STF e aos seus ministros a partir do grupo político de Jair Bolsonaro. O presidente da República deu a entender em sua fala de que existe hoje esse tipo de movimentação organizada e já existia um inquérito nesse sentido. Além disso, o advogado explica que o impeachment de Jair Bolsonaro é fundamental para o Brasil, para que se possa colocar fim ao projeto eugênico que está no poder.

Pedro Serrano, que contribuiu

para a elaboração da Lei de Defesa da Democracia, aprovada na Câmara e no Senado, explica o quanto é difícil combater o autoritarismo fascista, mas ao mesmo tempo o quanto é necessário que seja combatido. Na entrevista, ele ainda falou sobre como o governo de Jair Bolsonaro descumpre, desrespeita e tenta destruir a democracia constitucional. Leia a íntegra da entrevista:

**- Ao longo do mandato de Jair Bolsonaro ele vem cometendo uma série de ataques contra as instituições, contra os demais poderes da República - isso acontece desde que começou a carreira política dele, mas se torna mais forte na presidência. O senhor acha que demorou demais para que alguma atitude fosse toma-**

**da contra esse tipo de ação ou nada poderia ter sido feito antes?**

- É muito difícil esse tipo de situação, nós temos que entender. Não é uma decisão fácil tomar uma atitude, não é uma decisão fácil paralisar essa escalada porque se nós tomamos a atitude prematuramente, nós matamos a democracia. Por exemplo, quando ele era um deputado dando opiniões extremas, era incorreto puni-lo. A democracia tem que conviver com posições extremistas, a meu ver. Ela não deve conviver com posições que, digamos, trazem para o pressuposto o cometimento de crime lesa-humanidade. Isso não. Não devemos aceitar o nazismo, não porque ele é extremista, mas porque ele traz para o pressuposto a extinção

de etnias, a eugenia como valor e prática etc. e tal. Então, cometimentos de crime lesa-humanidade e vulneração mais intensas dos direitos humanos não devem ser aceitos no debate, mas posições extremas, sim. Senão nós matamos a democracia. Ela perde o sentido. A lógica do direito de livre expressão é salvaguardar opiniões idiotas – eu falo “idiota” no sentido filosófico da expressão, não no sentido corrente, ou seja, opiniões que são muito atípicas porque não seguem o sentido comum daquilo que deve ser atribuído à linguagem, segue uma linguagem própria. Mais ou menos o que ele [Bolsonaro] faz, nega o fato, nega tudo.

Então, enquanto exercício do direito de livre expressão, a lógica da democracia contemporânea, digamos, é desidratar os limites a esse tipo de direito. Existem limites, é óbvio, ao direito de livre expressão, mas nós temos sempre que manter desidratados esses limites porque é muito fácil de vulnerar e acabar incorrendo em práticas autoritárias a título de combater o autoritarismo. E aí está o problema. O fascismo ganha não é quando ele nos prende, porque sempre haverá outros livres para tocar a luta. Não é quando nos mata, porque sempre haverá aqueles que vão sobreviver para levar essas ideias para frente. O fascismo ganha quando nos transforma em algo parecido com ele, quando nós passamos a operar com a lógica autoritária. O que significa fundamentalmente uma lógica que coloca o poder político acima dos direitos, da Constituição e da democracia. E aí que o fascismo vai criando um “solo comum de ação” que não são os valores humanísticos, mas sim, valores autoritários como solo comum de disputa. Isso é muito grave e temos que estar sempre atentos a isso.

Por isso, acho que tomar uma

atitude prematura de interrupção dessa ascensão é muito perigoso. E tomar uma atitude tardia também é muito perigoso porque aí eles vão ter vencido, vão ter derrubado a democracia etc. e tal. Veja como é fácil falar, mas como é difícil mensurar isso na realidade. Eu procuro sempre adotar uma visão democrático-constitucional a respeito dos fatos e procurar me guiar pelos valores próprios da democracia constitucional. Vou dar um exemplo polêmico.

## O FASCISMO GANHA QUANDO NOS TRANSFORMA EM ALGO PARECIDO COM ELE, QUANDO PASSAMOS A OPERAR COM A LÓGICA AUTORITÁRIA

As pessoas apontam dezenas de crimes de responsabilidade praticados por ele. Isso não é verdade. Crime de responsabilidade é algo que deve ser raro no sistema, algo que deve ser de emergência. Quem inventou a palavra golpe para designar impeachments inconstitucionais como o que houve com Dilma não foi a esquerda brasileira, foi um grande jurista americano chamado Ronald Dworkin que escreveu um artigo na revista *The New Yorker* chamado “Um tipo de golpe” [A Kind of Coup, 1999] em que ele

aponta a tentativa de impeachment de [Bill] Clinton como uma tentativa de usar a Constituição contra ela mesma. E ele fala que no presidencialismo democrático, o impeachment é uma atitude de ultra emergência que deve ser interpretada como o uso de uma arma nuclear numa guerra. Portanto, não pode ser banalizado. E a Constituição brasileira acompanha isso. Acompanha porque ela diz que é crime de responsabilidade o atentado contra a Constituição. Veja, não é uma mera ilegalidade, tem que ser um atentado contra a Constituição. O erro das pessoas é fazer como fizeram aqueles que propuseram o impeachment de Dilma e interpretar a Constituição pela lei e não a lei pela Constituição. Eles pegam uma lei de 1951, que é a Lei de Crime de Responsabilidade e querem interpretá-la por sua própria dicção, sem passar por esse filtro constitucional. Isso leva a uma banalização do impeachment no Brasil. Então, não é verdade que Bolsonaro cometeu tantos crimes de responsabilidade quanto as pessoas imaginam. O crime de responsabilidade dele é, fundamentalmente, um: a conduta durante a pandemia. Aí ele cometeu atentado à Constituição e nós temos que apertar o botão do impeachment para nos defender.

Ele atentou contra os princípios mais importantes que existem em uma democracia constitucional, o direito à vida e à saúde da população. Ele cometeu uma conduta dolosa de atentar contra a vida e a saúde da população. Ele cometeu crime de responsabilidade, sim, e está sujeito ao impeachment. Esse é o problema de você ter um presidente autoritário, populista de extrema-direita. Ele estimula a população e as instituições a praticar medidas de exceção como ele prega. Por

isso, precisamos ter cautela.

**- O último absurdo ao qual assistimos foram os ataques ao Tribunal Superior Eleitoral. Uma tentativa de minar a credibilidade de uma corte superior. A briga até foi mais focada no Luís Roberto Barroso e no Alexandre de Moraes, mas a corte como um todo foi atacada. E o presidente continua dizendo que sua eleição foi fraudada embora ele não tenha provas disso. Como o senhor enxerga essa situação específica do TSE, não existe crime na conduta do presidente?**

- Eu acho que pode haver uma conduta aparentemente ilícita e tem que ser apurada. Primeiro, há uma conduta aparentemente ilícita no fato de ele atacar as pessoas dos ministros. Aí, já existe aparentemente um crime contra a honra. Mas há também fortes indícios, em tese, de que ele tenha praticado condutas contra a eleição. Seria mais fácil com essa Lei de Defesa da Democracia aprovada porque ficaria bem caracterizado. Mas ainda é possível de se falar nisso e, dependendo da situação, até em crime contra a Lei de Segurança Nacional. E há um ilícito eleitoral nisso. Então, corretamente, o ministro Luís Roberto Barroso abriu um procedimento que pode levar o Bolsonaro à inelegibilidade, caso se demonstre depois do direito de defesa e caso verifique-se que realmente houve esse ilícito eleitoral. E o ministro Barroso, ao mesmo tempo, comunicou o ministro Alexandre de Moraes que juntou essa questão num inquérito [das fake news] que o Supremo abriu. Eu tenho defendido a legitimidade desse inquérito face à Constituição, mas há um problema político que é preciso ressaltar, não é jurídico porque a legitimidade desse inquérito foi garantida pelo pleno do Supremo, 11 votos a 0.

O problema é a questão política. É um inquérito polêmico, recebeu muitas críticas de setores progressistas, dos juristas por uma série de problemas que ele trouxe. É uma tragédia no sentido grego. Você tem duas posições conflitantes e uma exclui a outra, é uma contradição ampla no sentido estrito da expressão. De um lado, tem um procurador-geral da República que não faz nada. Se for mandar a ação para a PGR ou PF, nada vai acontecer. Do outro lado, o outro caminho

**O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA NÃO FAZ NADA. SE FOR MANDAR A AÇÃO PARA A PGR OU PF, NADA VAI ACONTECER**

que sobra é esse inquérito que eu falei, que é polêmico, mas que vai usar essa polêmica a favor dele. Acho que foi uma medida correta de fazer essas apurações porque há indícios de que não tenha sido mera expressão do pensamento, mas de que houve ações organizativas dele para ataque ao Supremo. Aí não dá. Eles não vão investigar o que ele falou, mas se o que ele falou é parte de uma ação organizativa de um atentado violento à democracia e à Constituição que pode

estar em andamento. O simples fato de estar em andamento já é crime.

**- Há algum tempo o senhor afirmou em uma entrevista que o governo Lula foi um dos que mais procurou realizar a Constituição Brasileira. Então, lhe pergunto o quanto o atual governo, do Jair Bolsonaro, governa o país ignorando os seus deveres constitucionais e não me refiro ao ataque a outros Poderes, mas aos seus deveres junto ao povo brasileiro.**

- Quando se fala no governo Lula, e falo especificamente dos dois mandatos de Lula, se coloca na balança o que teve de inconstitucionalidade e o que teve de realização da Constituição, o peso da realização da Constituição é maior e, mais do que isso, dos governos republicanos é o que mais realizou a ordem constitucional vigente. Primeiro, a Constituição não determina só o combate à miséria. Ela determina o combate às desigualdades regionais e sociais. Embora possa se afirmar que Lula não trabalhou tanto na questão da desigualdade social, certamente, ele tomou medidas em relação à desigualdade regional e fez um combate à miséria que implicou em algum nível de redução também da desigualdade social. Então, ele cumpriu o combate à miséria e a questão da desigualdade social. Veja, isso é fundamental para realizar a democracia.

A partir do pós-guerra, a democracia deixa de ter um perfil meramente liberal e passa a ter um perfil constitucional, ou seja, são produzidas constituições rígidas que não são neutras. É um Estado não neutro, ele não é liberal no sentido clássico. É uma Constituição que faz opções morais e ideológicas - falo em moral no sentido político da expressão, regras do bem-viver coletivo. Ela



faz opções por certos princípios que, na realidade, são ideológico políticos ou ideológico morais. E são opções que devem ser realizadas no sistema, que implicam para o Estado, não como no liberalismo clássico, proibições de agir, mas a obrigação de agir.

Lula cumpriu as regras do jogo democrático, ele observou os direitos na maior parte das situações - não em todas, é verdade, poderia fazer minhas críticas aqui - mas observou na maior parte das situações e cumpriu seu mandato de forma adequada e entregou ao seu sucessor. Ele não estendeu para um terceiro mandato como poderia fazê-lo pela força que tinha na época. Afiançou a realização de uma eleição democrática em que Dilma foi eleita. Dilma acabou sendo tirada por um ato golpista - no sentido de Dworkin que estou usando, não no sentido corrente, do poder - mas, mesmo assim, respeitou a vontade institucional do Parlamento e entregou o cargo pacificamente. Ou seja, é um período que se pode falar tudo dos governos do PT, menos que não foram democráticos. E, ao mesmo tempo, eles realizaram medidas de natureza social e econômica que são realizadas da Constituição, como nunca antes um governo republicano tinha feito.

O Bolsonaro é extremamente ao contrário. Ele atenta contra a democracia, atenta contra os direitos de liberdade, aquilo o que a Constituição proíbe. E ele deixa de realizar o que a Constituição obriga. Ao contrário, boicota o que a Constituição obriga. [Bolsonaro] produziu reformas, legislações, emendas constitucionais que atentam contra os princípios da democracia constitucional que eu falei. Temos que entender que numa democracia constitucional não basta haver procedimento de soberania po-

pular, a eleição majoritária. É necessário que haja respeito aos direitos de liberdade e sociais. E esses direitos vão constituir um jogo democrático agônico e não antagônico. O que eu quero dizer, eles formam um common ground, um solo comum sobre o qual se dá a disputa política. Um solo comum em que nunca vou compor com o meu adversário político, nós pensamos o mundo de forma totalmente diferente, mas eu enxergo a necessidade

## ENQUANTO O GOVERNO LULA PODE SER VISTO COMO DE CONSTRUÇÃO NACIONAL, A MARCA DO GOVERNO BOLSONARO É A DESTRUÇÃO

da existência dele para que possa existir uma sociedade livre. Por isso, eu uso a expressão "relação agônica". Ela vem dos Jogos Olímpicos. Aquele que competia entendia que era fundamental existir o adversário para existir os Jogos. Da mesma forma, em uma democracia é preciso entender que existe o adversário e que ele é necessário para que se possa realizar uma sociedade livre e democrática.

Tudo isso só pode existir, obviamente, se os direitos forem

um solo comum. E isso só ocorre numa sociedade em que não haja formas de vida totalmente diversas como na nossa. Veja a diferença de forma de vida de quem mora na favela e do bilionário brasileiro. São formas de vida muito diferentes em que é impossível se ter esse solo comum de valores entre essas formas de vida. Então, combater a desigualdade social e a miséria são formas de realizar a democracia, de realizar os direitos de liberdade. Em suma, não há realização da democracia e dos direitos onde não há combate à miséria e à desigualdade. E o Bolsonaro, primeiro, combateu diretamente os direitos de liberdade. Ele não tolerou a crítica em nenhum momento. Ele pregou o golpe o tempo inteiro, atentando diretamente contra a democracia e contra a Constituição. E, por fim, ele realizou um programa econômico que ampliou a desigualdade social, produziu mais miséria. Logo atacou a democracia constitucional. Então, o governo Bolsonaro é o extremo oposto de Lula. É um governo que ataca a Constituição de 1988, a subverte, boicota e quer destruí-la.

Enquanto o governo Lula pode ser visto como de construção nacional, a marca do governo Bolsonaro é a destruição.

**- Levando em consideração tudo o que o senhor disse, hoje o impeachment de Jair Bolsonaro é algo importante para o Brasil?**

- Não tenho dúvida. Salvaria vidas. A conduta dele na pandemia gerou morte, sofrimento e dor para milhões de brasileiros e continua gerando. E trago em meu apoio um estudo feito pela Escola de Saúde Pública da USP que aponta mais de 3 mil atos administrativos do governo em que houve a intenção de produzir o que se chama de imunidade de rebanho. Ou seja, se assumiu



como resultado da política pública, a morte de pessoas. Ele combateu medidas de isolamento social e boicotou a compra de vacinas antecipadas. Isso não foi erro, fez parte dessa política. E quero observar que é uma política eugênica. A eugenia se observa nos dados. A imensa maioria dos mortos são velhos, que já não servem para a produção, pobres e, em geral, negros. Essas são as vítimas do Covid estatisticamente falando.

O governo Bolsonaro decidiu não coordenar medidas. Deixou de unificar os leitos particulares e públicos como foi feito na Europa. Veja,  $\frac{3}{4}$  da população não têm convênio e, por isso, têm a sua disposição 40% dos leitos disponíveis de UTI. Enquanto temos  $\frac{1}{4}$  da população com convênio e, assim, com acesso a 60% dos leitos de UTI. Então, quem morreu nas filas das UTIs, gente pobre e, em geral, negra. Mais uma vez, o Brasil cumpre a sua tradição, só que agora muito explícita e radicalizada, a sua tradição eugênica. A luta de classes no Brasil tem

caráter eugênico. Ela se legitima numa ideologia eugênica. Você olha para as empresas e só vê executivos brancos, olha para o Estado e só vê dirigentes brancos porque, implicitamente, está se dizendo que o negro, o índio, o nordestino - aqui no Sul -, são sub-raça. Isso está sempre sendo dito explicita ou implicitamente na nossa história.

Explicitamente até em Constituições nossas, coisa que ninguém fala. A Constituição de 1934, no artigo 138, cria o primeiro direito social na história brasileira que é o direito à educação pública. Mas na linha B estipula a eugenia como princípio da educação pública brasileira. Então, veja que essa tradição eugênica está presente na pandemia. O governo Bolsonaro é um agente da eugenia.

**- Um cineasta, o Silvio Tendler, afirmou em entrevista à Focus Brasil que é preciso vencer as eleições de 2022 porque se o Bolsonaro vencer novamente, seria um caminho sem volta. O**

**senhor também enxerga dessa forma?**

- Acho que temos que vencer, senão teremos uma história mais trágica do que já temos. Os democratas precisam vencer essa eleição. É uma meta essencial para a sobrevivência do nosso povo. Do contrário, vamos para um atraso semelhante ao período anterior a Getúlio. Mas quero dizer que me preocupo porque tenho visto setores progressistas subestimarem a força do Bolsonaro. Não podemos subestimá-lo. Vai ser uma luta árdua. Primeiro, precisamos vencer a eleição. Segundo, precisamos fazer com que o novo governante tome posse, porque vão tentar impedir. E depois, garantir que ele governe. Porque vão tentar impedir isso também. O bolsonarismo não se esgota na eleição. O bolsonarismo espalha efeitos pelo lavajatismo, que é uma forma de bolsonarismo jurídico. Espalha efeitos pelo que hoje se chama centro. Ele está arraigado em uma parcela significativa da nossa sociedade. •



**SEMANA  
DE DERROTAS  
PARA BOLSONARO.  
MAS NEM TUDO  
E TIRO DE FESTIM**

# A parada militar fora de hora em Brasília não impediu a derrubada do voto impresso, nem o avanço das investigações na CPI da Covid. Mas as ameaças continuam, como a retirada de mais direitos sociais e a reforma tributária regressiva

**Por Isaías Dalle**

A histriônica demonstração de força ensaiada por Bolsonaro na última semana não só acabou por evidenciar a fraqueza pessoal e institucional do presidente e de seu governo. Serviu de oportunidade para que uma unidade até então inédita de forças políticas e Poderes da República se manifestasse, ainda que pontualmente, impondo ao autoritário e inconsequente governante algumas derrotas fragorosas.

A primeira e mais evidente das derrotas foi a rejeição à emenda constitucional anacrônica do voto impresso, “enterrada” pela Câmara, na definição de parlamentares. Este resultado era razoavelmente previsível, pelos termômetros de Brasília. No entanto, a maior surpresa, e provavelmente a maior derrota, tanto simbólica quanto prática, foi a substituição da Lei de Segurança Nacional, entulho da ditadura tão exaltada pelo presidente, por um dispositivo legal que caracteriza como crimes justamente tendências golpistas que são tão caras ao atual mandatário. As novas regras incluem no Código Penal práticas como crimes contra as instituições democráticas, contra o funcionamento das eleições e contra a cidadania.

Pelo balanço da semana política e pelas reações da opinião pública a tudo o que ocorreu, há motivos para comemoração e, por que não, até para zombar do presidente e seus arroubos, como faz sutilmente a capa des-

ta edição e como fizeram de maneira estridente as redes sociais nos dias seguintes ao passeio do comboio militar pela Praça dos Três Poderes, na última terça-feira, dia 10. Porém, a fumaça tóxica exalada pelos carros blindados de combate ainda paira pelos céus. Nem tudo é tiro de festim.

Um exemplo do comportamento escorregadio da base aliada do governo foi a tentativa de

**A TEMPERATURA  
NÃO PARA DE  
SUBIR. A CPI  
QUER INDICIAR  
BOLSONARO POR  
CURANDEIRISMO,  
CHARLATANISMO  
E PROPAGANDA  
ENGANOSA**

emplacar uma minirreforma política na esteira da derrota do voto impresso. Um vacilante e dúbio presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), testou o plenário com a proposta de criar o chamado distrito e ressuscitar o modelo das

coligações partidárias. A primeira das propostas, tida por dez entre dez analistas como prejudicial à representatividade popular na política institucional, foi derrotada na noite de quarta-feira. A volta das coligações partidárias foi aprovada em primeiro turno.

A subida de temperatura contra Bolsonaro não para. Na tarde de quarta, foi a vez da CPI da Covid-19 colocar em xeque sua autoridade e lisura, de forma bastante dura, ao anunciar que pretende indiciá-lo por curandeirismo, charlatanismo e publicidade enganosa, com base no fato de Bolsonaro ter negado a gravidade da pandemia desde o início, ter atrasado propositalmente a compra de vacinas - seja por negacionismo, seja por interesse em negociar propinas - e de ter recomendado repetidas vezes o uso da cloroquina como remédio preventivo à doença.

Nem só de atitudes ostensivas foi feita a oposição ao presidente na semana que passou. Sua tática de provocar os Poderes e gerar impasses que o autorizem a produzir rupturas institucionais recebeu como resposta, por parte dos ministros do Supremo Tribunal Federal, o silêncio. Essa cautela, que pode ser classificada como recusa à provocação, também se manifestou quando o ministro Dias Toffoli preferiu não julgar pedido para proibir o desfile militar fora de hora. Caso tivesse decidido pela proibição, talvez abrisse caminho para que Bolsonaro desrespeitasse a determina-



ção, aprofundando a crise.

Quando tentou criar uma pauta positiva, Bolsonaro tampouco causou boa impressão. Ele foi caminhando ao Congresso, um dia antes do passeio dos tanques pela capital federal, para entregar a Arthur Lira a proposta de criação do chamado Auxílio Brasil, que pretensamente substituirá o Bolsa Família. No entanto, a proposta é vazia: não especifica valores, prazos ou quem serão os brasileiros e brasileiras que teriam acesso ao benefício.

No Twitter, a presidenta do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann, assim definiu o “novo” auxílio: “Proposta de Bolsonaro para substituir o Bolsa Família acaba com o programa, um dos mais copiados do mundo. Ele não define linha de pobreza, quem será beneficiado, não traz valor do benefício, retira municípios e o SUAS do processo, desconsidera o cadastro único e torna o programa temporário”.

Lula, o maior pesadelo de Bolsonaro, embora tenha mantido discrição ao longo da semana (“Eu não fico entrando toda hora

## O JORNAL INGLÊS THE GUARDIAN BATIZOU O ATO PATÉTICO COMO “DESFILÉ DA REPÚBLICA DE BANANAS DE BOLSONARO”

em briga desnecessária porque isso só interessa ao Bolsonaro. Ele cria confusão pra ocupar espaço na mídia”, disse ele nas redes sociais), fez intervenções cirúrgicas, como nesta publicação no Twitter, na terça-feira: “Dados que o governo Bolsonaro não faz

desfile pra exibir. Nos últimos 12 meses: arroz subiu 48%; feijão subiu 22%; carne subiu 38%; leite subiu 11%; gás subiu 24%; 14,8 milhões de brasileiros desempregados e fila do osso”.

Lula também sinalizou como pretende lidar com a relação junto aos militares caso seja novamente eleito presidente. Cobrado pelos internautas, comentou: “1 - Não tem carta pra conversar com militares. Se tivesse carta seria para o povo brasileiro e dentro disso estão os militares. Se militar quiser fazer política ele renuncia o cargo, tira a farda e se candidata. Não tem problema. 2 - Já fui chefe das Forças Armadas, eles sabem como têm que se comportar. Cuidando da nossa soberania, dentro da Constituição. O Bolsonaro se comporta como se as Forças Armadas fossem um objeto particular dele, como se fossem um brinquedo. 3 - Não tem conversa especial com Forças Armadas, vou tratá-los com respeito, como temos que tratar todas as instituições. Isso que aconteceu hoje foi uma coisa patética. Se o Bolsonaro queria uma



Deputados fazem protesto na frente do Congresso em defesa da democracia.

foto com militar era só ter visitado um quartel.”

Mas, passada a armada de Brancaleone, que o jornal inglês The Guardian batizou de “desfile da República de Bananas de Bolsonaro”, voltam a se destacar as diferenças de concepção em torno do significado de democracia. Os direitos sociais e trabalhistas continuam à mercê dos coturnos da elite financeira e de seus representantes na mídia e no Congresso. Ainda na semana que passou, a Câmara dos Deputados aprovou o texto-base da medida provisória 1045/21 (leia texto sobre as mudanças nesta edição),

que amplia a precarização do trabalho e retira mais direitos.

Os movimentos sociais e sindical continuam resistindo. O presidente da CUT, Sérgio Nobre, atacou a medida. “Com essa vergonhosa MP, o presidente e os governistas na Câmara atacam, mais uma vez, os direitos da classe trabalhadora, já deteriorados pela reforma trabalhista e trazem de volta a famigerada carteira verde amarela. Trabalho sem direitos tem nome: é escravidão”, disse o sindicalista.

Outra ameaça no horizonte, sem provocar espanto na grande mídia, é a reforma tributária re-

gressiva que continua avançando no Congresso. Neste item, por sinal, a crítica que é reverberada na imprensa é justamente aquela que poderia ser considerada um avanço: a cobrança imposto de renda sobre dividendos, injustamente isentos desde 1995. Outra pauta contrária aos interesses populares é a reforma administrativa, que mais do que penalizar o funcionalismo, vai enfraquecer mais os serviços públicos prestados à população (leia artigo nesta edição). Se as eleições do próximo ano parecem asseguradas, a luta por justiça social continua mais necessária do que nunca.



Sessão que analisou e rejeitou o voto impresso. Crédito: Cleia Viana/Câmara dos Deputados



# MULHERES: A RESISTÊNCIA AO BOLSONARISMO

O discurso agressivo e violento de Jair Bolsonaro parece fazer com que aumente a rejeição das mulheres ao presidente. Em contrapartida, a vantagem do ex-presidente Lula nesse segmento da sociedade vem aumentando, de acordo com as pesquisas de opinião

Jordana Dias Pereira e Juliana Nascimento

A rejeição ao bolsonarismo tem recorte etário, de gênero, renda e território. Como vem sendo apontado pelos Boletins do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos da Fundação Perseu Abramo, estão entre as mulheres, jovens, os de mais baixa renda e os moradores do Nordeste os maiores índices de reprovação do governo. (Segue link para Boletim do NOPPE/FPA, do mês de julho de 2021: (<https://fpabramo.org.br/2021/07/21/leia-o-boletim-no-11-do-noppe-fpa/>)).

No boletim, trabalhamos com pesquisa de diferentes institutos que possuem distintos métodos de coleta de dados. Por isso, vale ressaltar que a análise da evolução da opinião pública - em relação à avaliação do governo e intenção de voto - deve ser feita entre pesquisas do mesmo instituto.

No gráfico a seguir, fica explícito o papel das mulheres como garantidoras da alta rejeição ao governo Bolsonaro. As linhas em vermelho representam as mulheres nas pesquisas DataFolha e

XP/IPESPE; as linhas azuis, os homens nas mesmas pesquisas.

Como se pode notar, em comparação com os homens, as mulheres mantêm níveis de reprovação constantemente mais altos. Nas mais recentes pesquisas publicadas, enquanto 45% (XP/IPESP) e 44% (DataFolha) dos homens reprovam o governo, entre as mulheres se encontram índices até 10 pontos percentuais mais altos: 56% das mulheres (segundo DataFolha) e 54% (segundo XP/IPESP).

A pesquisa Atlas de julho de

2021 ainda traz que 68% das mulheres avaliam o governo como ruim e péssimo, enquanto entre os homens, esse número é de 49% - uma diferença de 19 pontos percentuais.

Essa reprovação parece se converter em intenção de voto em Lula neste segmento.

A pesquisa Atlas aponta que, no segmento feminino, Lula teve um crescimento de 19 pontos percentuais de março a julho, indo de 26% a 45% na intenção de voto. Nesse segmento, o DataFolha também indica um crescimento significativo de Lula: 8 pontos (40% em maio para 48% em julho).

O Ipec (antigo Ibope) deu a maior porcentagem para Lula em junho, quando o pré-candidato petista alcançou 51% das intenções de voto entre as mulheres.

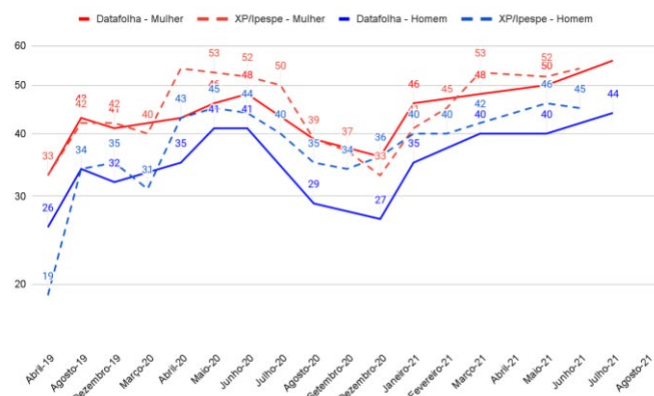
Desde maio de 2021 -quando Atlas apresentou 29% das intenções de voto em Bolsonaro, contra 26% em Lula -, o atual presidente não aparece na frente do pré-candidato petista em nenhuma pesquisa. Entre as mulheres, Lula abre uma vantagem de 28 pontos percentuais em relação a Bolsonaro, segundo DataFolha de julho (20% para Bolsonaro contra 48% para Lula).

Entre os homens, Lula aparece com vantagem nas pesquisas DataFolha (40% contra 19% em maio; e 43% contra 31% em julho) e nas pesquisas publicadas pelo IPEC - quando Lula apresentou 20 pontos percentuais de vantagem em relação a Bolsonaro (48% contra 28%).

A pesquisa Atlas é a única que aponta Bolsonaro com vantagem em relação a Lula (46% contra 36%, em julho), o que seguiria uma tendência anterior (37% contra 29% em maio).

As razões para essa significativa diferença entre homens e mulheres - no que diz respeito à percepção em relação ao governo

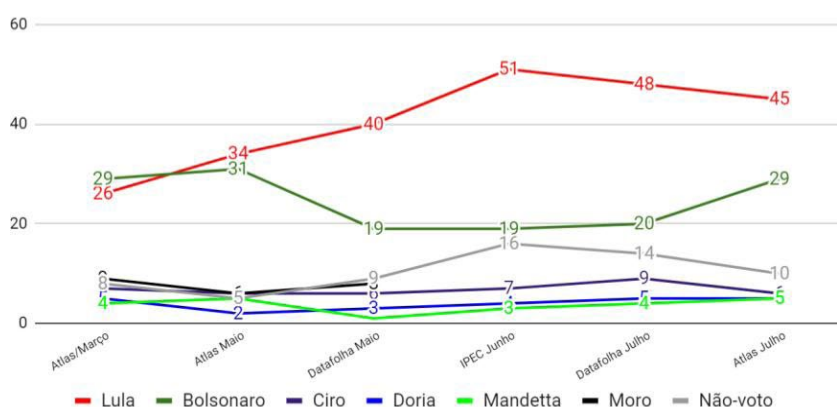
### AVALIAÇÃO NEGATIVA GOVERNO BOLSONARO - HOMENS E MULHERES



Agosto de 2021

www.fpabramo.org.br

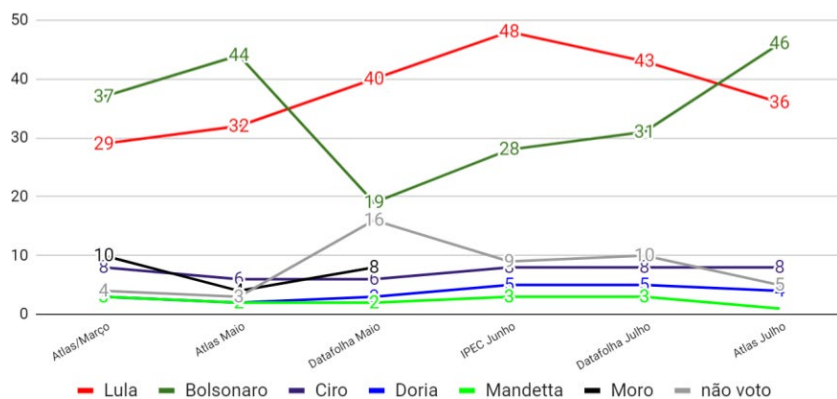
### PRIMEIRO TURNO - EVOLUÇÃO - MULHERES



Agosto de 2021

www.fpabramo.org.br

### PRIMEIRO TURNO - EVOLUÇÃO - HOMENS



Agosto de 2021

www.fpabramo.org.br

Bolsonaro e à intenção de voto - merecem mais investigação. De qualquer modo, parece razoável trabalhar com duas hipóteses iniciais: a primeira é o fato de as mulheres - que são alvo da violência doméstica - apresentarem maior rejeição à postura agressiva e violenta de Bolsonaro. A segunda hipótese considera o fato de que são as mulheres as respon-

sáveis pela organização da vida doméstica que, por sua vez, foi fortemente impactada pela crise econômica e social, potencializada pela ação do governo durante a pandemia da Covid-19."

Jordana é mestre em sociologia e coordenadora do NOPPE/FPA.

Juliana é economista e colaboradora do NOPPE/FPA.





# ADRIANA DIAS: BOLSONARO E O NEONAZISMO. UMA RELAÇÃO COMPROVADA

A ligação de Jair Bolsonaro com grupos neonazistas foi revelada, recentemente, pela pesquisadora Adriana Dias, Doutora em Antropologia pela Unicamp. Há quase vinte anos ela se dedica a pesquisar a história e a movimentação de grupos neonazistas brasileiros. Muito material é encontrado na internet e em três sites de grupos "neonazi" Adriana encontrou publicada uma mensagem enviada pelo então deputado Jair Messias Bolsonaro. O material é revelador e faz crescer o número de elementos que apontam para uma conexão do bolsonarismo com o neonazismo. A pesquisadora revela também que a ascensão de Jair Bolsonaro coincide com o crescimento de grupos neonazistas brasileiros. Leia a seguir os principais trechos da entrevista:

Por Pedro Camarão

- **O que você encontrou em 3 sites neonazistas que tinha relação com o então deputado Jair Bolsonaro?**

- Eu encontrei uma correspondência do Bolsonaro publicada por três sites neonazistas brasileiros. Eu não sei se ele mandou isso para "deus e o mundo". Mas só quem publicou foram os sites neonazistas brasileiros. Agora, além disso tinha nesses sites um banner para o site do Bolsonaro, dando tráfego.

- **Esse redirecionamento para a página do Bolsonaro, isso indica algum tipo de relação do presidente com esses grupos ou pode até ser uma mera coincidência?**

- A gente não está falando da internet de hoje, estamos falando da internet de 2004, que era completamente diferente da internet de hoje. Em 2004, não tínhamos Google, não tínhamos AdWords [principal ferramenta de publicidade do Google], os vínculos na internet através de banners eram feitos de outras maneiras. Então, quando um site dava tráfego para outro, principalmente aqueles que tinham os aplicativos para saber de onde vêm os visitantes do site, porque era tudo muito rudimentar, ele sabia de onde vinha o tráfego. Veja, porque um deputado federal que recebe 90% do seu tráfego de um site neonazista, não denuncia para a Polícia Federal? Sites esses que tinham 300 mil acessos por dia, você imagina que não era pouco o tráfego que "ia" para o Bolsonaro a partir desses sites.

A segunda pergunta, esse banner foi pago pelo Bolsonaro? A Câmara não sabe me responder porque todos os pagamentos do Bolsonaro de internet dessa época estão sob o mesmo título de telefonia e ninguém acha o que ele pagou, onde... e tudo está sendo tratado pela Câmara como

coisa pessoal do Bolsonaro. Para mim, tudo o que ele pagou utilizando a cota de deputado não é pessoal, é público. É o que diz a lei brasileira. E se ele pagou por esse banner a coisa se torna ainda mais grave, de uma gravidade absurda.

Os sites publicaram a carta do Bolsonaro em que ele diz "internautas, vocês são a razão do meu mandato". Então, eles publicaram se sentindo a razão do mandato dele. Ele sabia que isso foi publicado lá, porque o tráfego vinha de lá. E ele não fez nada, não desmentiu. Depois que nós co-

## **BOLSONARO SEMPRE DEU MENSAGENS DE QUE É NEONAZISTA. ELE ESTÁ O TEMPO TODO DANDO MENSAGENS DE ANTISSEMITISMO**

meçamos a procurar o material sobre esse site, o Bolsonaro se desvinculou do Bolsonaro.com.br e pediu o desligamento do registro. Ele está tentando apagar rastro. Eu não tinha nenhuma dúvida, agora tenho menos ainda. E ele ainda usa a bandeira de Israel como álibi.

- **Bolsonaro é uma contradição impressionante.**

- Não. Isso é estratégia. Ele tem dois níveis de comunicação. Ele comunica superficialmente

algo que ele precisa comunicar para manter os vínculos que ele assumiu, digamos, de 2007 para frente, que é depois do casamento dele com a Michele. Ela é evangélica e ele se aproximou de toda uma base do conservadorismo evangélico brasileiro, quem fez o casamento dele foi o Malafaia. Isso foi muito importante para a eleição dele. Para manter essas bases, ele precisava de um discurso pró-Israel. Essas bases evangélicas não acreditam na Israel de hoje. Como diz o Michel Gherman [pesquisador da UFRJ], essas bases conservadoras criam uma Israel imaginária e que é apocalíptica, que vai servir à segunda vinda de Cristo. No limite, é nisso que o Bolsonaro crê. E é nesse tema que ele utiliza essa comunicação superficial. Por isso ele fala que no Brasil todos são cristãos. Eu não acho que ele seja cristão, e os nazistas também eram cristãos.

Agora, no nível profundo de comunicação ele sempre deu mensagens para a base dele que é neonazista. Sempre fez comentários pontuais. No CQC [antigo programa da TV Band], ele citou uma frase de um grande revisionista histórico, ele fala do Hitler. Quando ele vai comentar a morte do Vlado [Vladimir Herzog], ele fala "ah, essas pessoas se suicidam". Essas pessoas quem? Os judeus? Então, ele está o tempo todo dando mensagens de antissemitismo, pró-hitlerismo para essa base. Teve o [Joseph] Goebbels, né. O Roberto Alvim, da Cultura, fazendo aquele discurso goebbeliano, ridículo, abjeto. E ele tentou fazer de conta que isso não tinha acontecido, porque é para essa base. Foi um laboratório social. Depois da descoberta da carta isso não me soa mais como um fato aleatório. Me soa como projeto. A carta redefine tudo o que aconteceu depois. O banner redefine tudo o que



aconteceu depois. Essa é a questão. A reeleitura que pode ser feita a partir da carta e do banner.

- Quer dizer, a forma de agir do Bolsonaro tem traços neonazistas?

Sem dúvida. Sempre teve. E as instituições no Brasil têm que parar de fazer carta de repúdio. Já tem milhões de cartas de repúdio e ninguém faz absolutamente nada com elas. Acho que nazismo não resolvemos com carta de repúdio. Precisamos fazer algo a mais. A população precisa ser conscientizada. A minha opinião é que a população não está informada sobre os elementos neonazistas do discurso do Bolsonaro. Ele tem um projeto eugenista. Esse mandato tem que ser inter-

rompido. Não tem escolha difícil.

- A senhora pesquisa o tema há mais de uma década, como o neonazismo se propaga pelo Brasil? É possível dizer em quais regiões esse movimento tem mais adeptos e se é um número significativo de pessoas?

- O neonazismo começou no Brasil antes da década de 1980, mas ele começa a ter rastros estatísticos depois da década de 80, com grupos muito pontuais. O neonazismo vai começar a se desenvolver de fato depois dos anos 2000 com grupos revisionistas do Holocausto, principalmente, no Sul e preferencialmente em Santa Catarina. Ele vai se expandindo cerca de 8% ao ano até 2009, quando ocorre uma

briga entre dois grandes grupos e a liderança de um desses é assassinada e, por isso, acabam diminuindo. E a cena "nazi" volta a aparecer em público de novo só em 2011, quando os neonazistas de São Paulo chamam um ato pró-Bolsonaro. Mas eles vêm para a superfície de fato quando o Bolsonaro começa a aparecer na TV e tem a fala inflamatória dele - que é uma pessoa que tem capacidade de fazer movimentos de ódio se manifestarem na sociedade - e isso faz com que os grupos venham crescendo e agora é de uma forma absurda. A série histórica é horrorosa a partir daí. Hoje são 530 células que estão ligadas a várias vertentes diferentes que não necessariamente conversam entre si. •

9a.m., CT

FRANKS



MIKE LINDELL'S CYBER SYMPOSIUM IN SIOUX FALLS

@RSBNETWORK



5:07 PM

T, RUSSELL DEVAN, RUSSELL LISSUZZO, RUSSELL WALDSCHMIDT, RUSSELL3380, RUSTIN NOWELL, RUSTY FORD, RUTH,

# FASCISMO EM AÇÃO

Steve Bannon participa de encontro da extrema-direita e afirma que Lula é a mais importante liderança da esquerda no mundo

**N**a semana em que a Câmara dos Deputados enterrou a PEC do Voto Impresso -uma aberração que tantos males trouxe para a nossa democracia- o deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, foi aos Estados Unidos para se encontrar com o ex-presidente Donald Trump. Na oportunidade, disse o zero 3: "Estamos juntos em convergência de ideais e hoje pude trocar experiências com o presidente Trump sobre o Brasil e EUA. Aproveitei para convidá-lo para ir ao nosso país quando entender conveniente, quem sabe

num CPAC-Brasil," afirmou.

Na terça-feira, 10, o zero 3 participou de um evento nos EUA com a presença do estrategista do trumpismo e "mago" das fake news, Steve Bannon. O evento realizado no estado de Dakota do Sul, uma das cidadelas do "supremacismo branco" e reduto da direita republicana, foi organizado pelo empresário Mike Lindell, considerado um dos principais divulgadores e financiadores das teorias conspiratórias sobre as eleições americanas de 2020. As mesmas fakes news que foram o combustível da invasão do Capitólio-sede do Congresso dos EUA.

No encontro de Dakota, Steve Bannon, que recentemente foi preso por fraude, nos EUA, sendo liberado mediante pagamento de fiança, atacou o ex-presidente Lula chamando-o de "maior líder da esquerda globalista no mundo e que sua liberdade trará grande perturbação ao país".

Note-se que a articulação montada pelo deputado Eduardo Bolsonaro, apelidada por aqui de "Operação Capitólio", está à pleno vapor. Ao mirar no processo eleitoral de 2022 e em Lula, está dada a senha para conturbar o ambiente brasileiro. Cabe às forças democráticas barrá-lo. •



Reprodução

## ROBERTO JEFFERSON É PRESO NO INQUÉRITO DAS MILÍCIAS DIGITAIS

Depois de inúmeras ameaças às instituições do Estado democrático de direito, postagens empunhando armas nas redes sociais nas quais atacava, ameaçava e desqualificava os ministros do STF, do TSE e inclusive o embaixador da China no Brasil, além de declarações homofóbicas, misóginas e preconceituosas, o STF reagiu e decretou a prisão preventiva do ex-deputado federal cassado Roberto Jefferson. “Somos o rugido da vida e da liberdade”. Foi com frases como esta, recentemente postada nas redes sociais, que o ex-ministro de Collor e ex-deputado federal Roberto Jefferson foi construindo uma trajetória política de desserviço à democracia e aos direitos do povo. Bravateiro e incitador do ódio, traços típicos do bolsonarismo, Jefferson agora está preso.

Na última sexta-feira, 13, por determinação do ministro do STF Alexandre de Moraes, o antigo cacique do PTB, do qual ainda é presidente, foi preso preventivamente no Rio de Janeiro, sob a suspeita de participar de organização criminosa que espalhava ataques à democracia via internet, na forma de injúrias de toda

a sorte e fake news.

A ordem do ministro foi expedida após investigações da Polícia Federal encontrarem evidências da participação de Jefferson num grande esquema golpista de ataques à ordem democrática.

Fake news e golpismo estão no DNA do ex-deputado. Foi uma entrevista dele à jornalista Renata Lo Prette, em 2005, que deu início ao escândalo que culminaria na ação penal 470. Recentemente, de maneira explícita, vinha usando as redes sociais para postar mensagens de ódio e ruptura democrática. Numa delas, fazia coro com Bolsonaro e afirmava que não haveria eleição no ano que vem sem o voto impresso. Além da ação nos bastidores que gerou a investigação da PF e o pedido de prisão.

O ministro Alexandre de Moraes autorizou também a apreensão de armas e de equipamentos na residência de Jefferson. A ação judicial é um desdobramento das investigações das fake news e das manifestações contra os Poderes da República que contaram com a presença do presidente e de outras autoridades do governo, e faz parte do inquérito das chamadas milícias digitais. •

## FINALMENTE, O CONGRESSO EXTERMINA A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

A democracia não poderia mais ser tutelada por institutos tiranos. Em boa hora o Congresso Nacional aprovou a Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito, tirando da sala o fóssil autoritário que é a Lei de Segurança Nacional.

Importante lembrar que essa proposta foi apresentada pelo NAPP Estado, Democracia e Instituições da Fundação Perseu Abramo como uma medida emergencial no plano de Reconstrução e Transformação do Brasil, do Partido dos Trabalhadores, e contou com a participação ativa de muitas outras entidades e vozes da sociedade civil. Meus parabéns ao Congresso Nacional por essa decisão histórica, especialmente aos nossos parlamentares que capitanearam essa luta, o deputado Paulo Teixeira e o senador Rogério Carvalho.

A nova lei vem ao encontro da necessidade de dotarmos a cidadania de novos remédios para enfrentamento daqueles que pretendem ser déspotas. Como apregoa o hino ao 2 de julho: “Com tiranos não combinam brasileiros corações.” Ao mesmo tempo, a lei, aprovada no dia de um desfile para demonstração de força autocrática, lança à sociedade brasileira um sinal e forte símbolo de que há aqueles construindo e fortalecendo nossa democracia em tempos turbulentos. •

Jorge Messias: Ex-subchefe para assuntos jurídicos da Presidência da República e coordenador do NAPP Estado, Democracia e Instituições da Fundação Perseu Abramo e o PRTB do PT



# O FIM DO BOLSA FAMÍLIA É UM RETROCESSO PARA O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DO BRASIL

Mal projetado, o programa Auxílio Brasil concentra o poder nas mãos do governo central e fragiliza os resultados mais positivos do Bolsa Família.

Por Rômulo Paes

Após 18 anos, o Programa Bolsa Família (PBF) é uma das mais bem-sucedidas intervenções públicas de combate à pobreza no mundo. Apesar do seu grande prestígio e grande cobertura (14 milhões de famílias atendidas), o programa teve desde seu princípio muitos inimigos. O ponto de aglutinação dos opositoristas é que o objetivo central do programa

deveria ser melhorar o vínculo das crianças com a escola, para que no futuro elas se libertem da pobreza. Os mais radicais gostariam que os recursos fossem investidos em programas educacionais e ponto final. Os mais brandos admitem o papel da assistência social apenas como facilitador do acesso a educação. Nos seus vários matizes, os adver-

sários do Bolsa Família refutam o seu papel de alívio imediato à pobreza e à extrema pobreza, não estão confortáveis com o seu papel na melhoria da saúde, nem na decisiva contribuição para a redução da fome no Brasil.

O Bolsa Família possui ainda outro tipo de adversários, os que pretendem “modernizar” o programa desconstruindo os princi-

pais fundamentos do seu sucesso. Entre especialistas em todo o mundo há consenso sobre dez pontos fortes do Bolsa Família.

**1.** Efetividade. O PBF possui impactos positivos consistentes com seus objetivos no alívio imediato dos efeitos da pobreza e extrema pobreza, saúde, educação, trabalho infantil e empoderamento da mulher. Uma rápida consulta no Google Acadêmico indicará mais de 100 mil estudos sobre “Bolsa Família”;

**2.** Cadastro Único. É uma ferramenta de uso diverso que compreende a gestão, o monitoramento das condições de vida dos beneficiários e permite a coesão entre os vários níveis envolvidos;

**3.** Complementariedade com os serviços de assistência social. O PBF é parte do Sistema Único da Assistência Social, que busca atender as populações vulneráveis em suas várias demandas;

**4.** Articulação com outros programas sociais. O PBF se articula com os programas de saúde, educação e prevenção ao trabalho infantil;

**5.** Simplicidade. O desenho do programa é simples, sendo de fácil entendimento para seus gestores e beneficiários;

**6.** Regularidade. Em países em desenvolvimento, é um dos poucos programas desta natureza que realiza pagamentos mensais, revisões periódicas e inscrição no programa com regras estáveis e transparentes;

**7.** Modelo de gestão. Este é baseado em cooperação nos vários níveis de governo (federal, estadual e municipal), monitoramento efetivo, modelo eficaz de combate à fraude e inovação;

**8.** Sustentabilidade financeira. Realiza atualização dos valores dos benefícios e do valor dos critérios de renda para o ingresso no programa de forma consis-

te com o espaço fiscal;

**9.** Transparência. São conhecidos os beneficiários, os municípios atendidos, os valores transferidos, os relatórios de pesquisas realizadas e os dados de pesquisas realizadas;

**10.** Avaliação e monitoramento. O PBF é o programa mais avaliado em toda a história das políticas públicas do Brasil.

A MP nº 1061/2021 que institui os programas Auxílio Brasil e Alimenta Brasil subverte vários atributos de sucesso do PBF. Neste texto, trato apenas do Programa Auxílio Brasil. Incorre em vários erros simultâneos. O seu desenho confuso, implicando objetivos imprecisos sobre o que se pretende alcançar na promoção e na proteção sociais. A medida, apesar de citar várias vezes a importância do Sistema Único da Assistência Social, enfraquece o seu papel articulador dos programas de proteção social, em especial no programa de transferência condicionada de renda.

Como consequência, beneficiários e gestores dos programas de proteção social terão dificuldade de entender o modelo proposto, caso ele seja vitorioso. A população em geral, que financia a política pública com impostos diretos e sobretudo indiretos não entenderá onde o programa pretende chegar. O eventual fracasso parcial ou completo comprometerá o prestígio internacional acumulado pelo PBF e pela política de proteção social do país. Além disso, há risco evidente de que gestores federais sem conhecimento das matérias implicitamente conteúdos de competência de outros ministérios, podendo gerar, inconsistências, competição, redundância e ineficiência.

A MP interfere também na governança do atual PBF. Ela não garante a permanência da participação integrada e complemen-

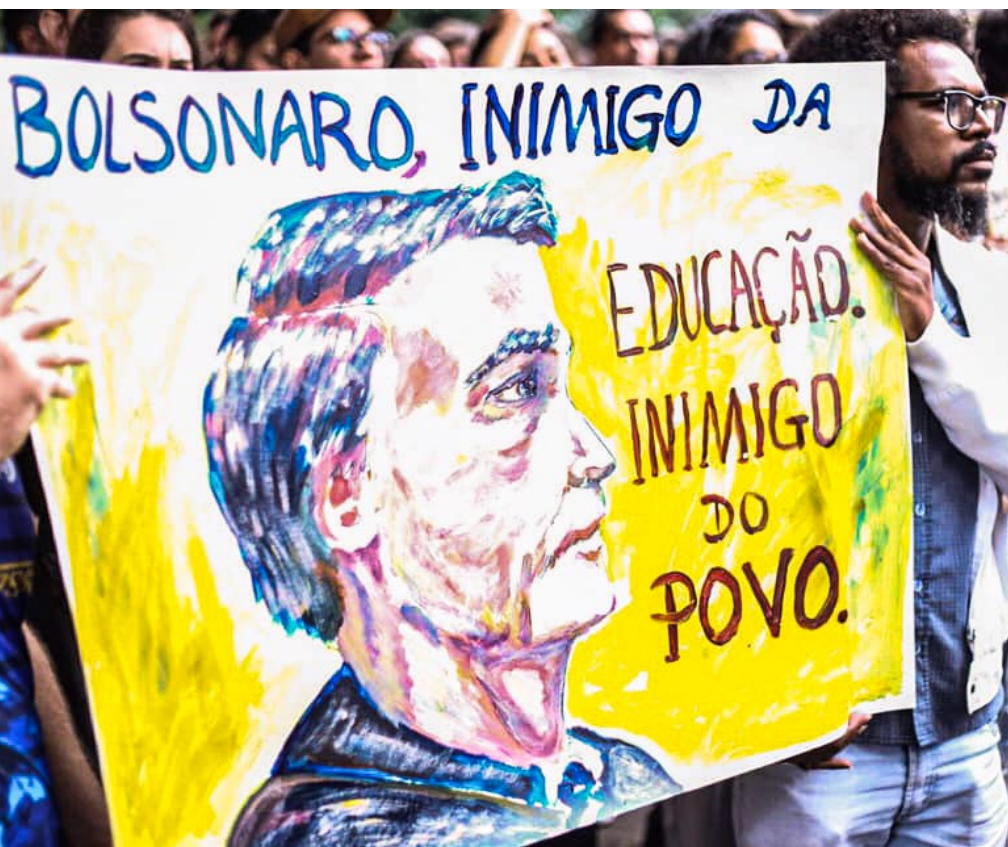
tar dos três níveis de governo, nem da participação social, em especial da representação dos beneficiários, na gestão do programa. É inevitável a percepção de que esta atabalhoada visa a apropriação política exclusiva do programa pelo nível federal, o que levará a competição pelos atores subnacionais, gerando programas redundantes para angariar prestígio junto ao eleitorado. Sai a cooperação técnica e entra luta inescrupulosa e voraz pelo retorno eleitoral.

A MP se exime em definir a regularidade na revisão dos valores dos benefícios e nos limites de renda para inclusão para o programa.

O modelo de financiamento do novo programa segue o modelo de improvisado e inadequação do seu desenho. Financiar um programa de longa duração com precatórios e venda de patrimônio público, é admitir a precariedade como método e suprimir o benefício de milhões no curto prazo. Com níveis altíssimos de endividamento público por conta do desastrado combate da Pandemia do COVID-19, a MP pretende agora financiar o aumento do gasto alongando dívidas e comprometendo um recurso que sequer existe. Será irônico ver um Congresso que derrubou uma presidenta sob o pretexto de que sua política provocava desequilíbrio fiscal endossar tal iniciativa. Programas baseados em financiamento precário geram insegurança aos beneficiários e minam a credibilidade do Estado e dos próprios programas.

Os inimigos do PBF reinventam seus ataques. É importante uma reação geral para que não percamos uma das melhores invenções da política pública do país. •

Foi Secretário Executivo do Ministério de Desenvolvimento Social de 2010 a 2012



Reprodução

## BOLSONARO PROMOVE A DESIGUALDADE E A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Medida ultraneoliberal do governo Bolsonaro prejudica a Educação Infantil em todo o país

Por Aloizio Mercadante

Na proposta do governo Bolsonaro de acabar com um programa exitoso e reconhecido como o Bolsa Família e substituir pelo Auxílio Brasil, sem definir a linha de pobreza e o valor dos benefícios, estão embutidas algumas outras medidas, inclusive uma que está na contramão do esforço pela inclusão e pela permanência das crianças mais pobres no sistema educacional. Se aprovada, a proposta irá ampliar a desigualdade social e desmontar os equipamentos públicos

do Estado brasileiro que procuraram assegurar uma educação universal.

Por isso, é inacreditável que em um país devastado pelo descontrole da pandemia e pelas crises social e econômica, Bolsonaro ainda tente retirar recursos das prefeituras destinados à educação de crianças carentes. A ideia de criar um voucher pago diretamente às creches privadas nada mais é, na prática, que a privatização da educação infantil. Essa experiência começou no

final dos anos 50, 60, nos Estados Unidos e só 3% da rede americana adotou esta política ultraneoliberal, que foi muito mal avaliada e revista, inclusive em outros países que adotaram essa concepção privatizante.

A verdade é que não há nenhum estudo acadêmico com fundamentação pedagógica que demonstre que o voucher melhorou a inclusão e a qualidade da educação infantil. Nos países que têm os melhores sistemas de educação, a escola é pública. As verbas que eram repassadas diretamente para as prefeituras, agora cortadas por Bolsonaro, constituíam um importante mecanismo de investimento estratégico nas áreas mais carentes do país, ajudando no combate à desigualdade e contribuindo para a universalização da educação.

Os estudos mais importantes e reconhecidos, como o do prêmio Nobel James Heckman, revelam que a educação infantil tem um papel fundamental para o desenvolvimento pleno das crianças e para redução das desigualdades, com implicações relevantes ao longo de toda a vida escolar, profissional e mesmo adulta. Deveria estar no topo das prioridades do país, ao contrário de mais esse desmonte e retrocesso patrocinado pelo desgoverno de Bolsonaro.

Precisamos mobilizar forças para que esse mecanismo de ampliação da desigualdade educacional proposto por Bolsonaro e Guedes não conte com o apoio do Parlamento brasileiro. Foi com uma ampla mobilização que derrotamos o governo e aprovamos o Fundeb. Unidos, conscientes e mobilizados também derrotaremos esse grave retrocesso educacional para as futuras gerações. •

Aloizio Mercadante é doutor em economia, ex-ministro de educação e presidente da Fundação Perseu Abramo



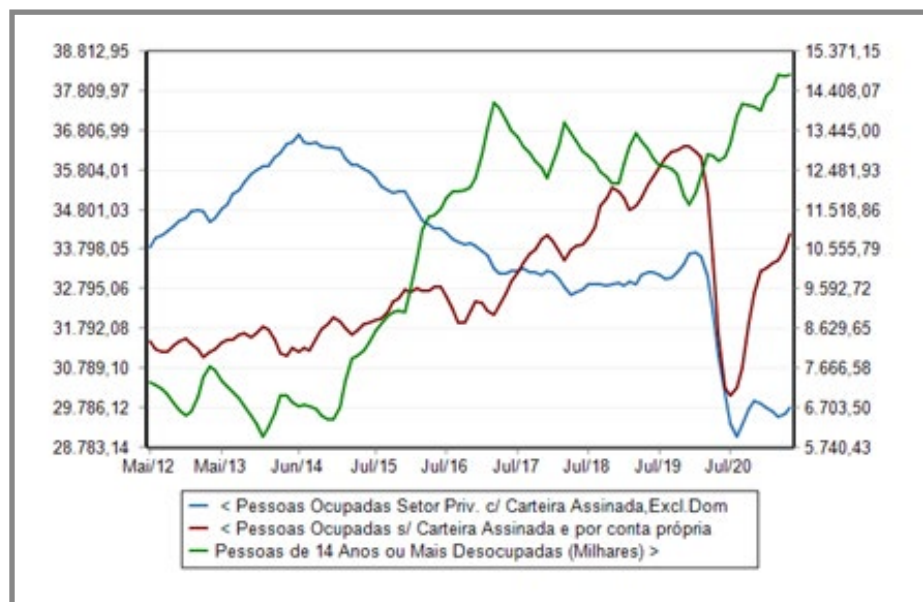


# MP 1045 – ATO II DE UMA GRANDE MENTIRA

A mentira repetida por anos, agora atinge o seu estado mais profundo. A recuperação do emprego virá após a nova reforma trabalhista que, entre outros, permite a criação de empregos de segunda classe, sem direitos.

Por Artur Araújo

Quando, em 2017, foi promulgada a “Reforma Trabalhista”, o argumento de propaganda era incessante: ao se baratear o preço do trabalho humano, via redução de direitos dos trabalhadores, as empresas contratariam mais pessoas e o desemprego seria definitivamente reduzido ou mesmo eliminado. Quatro anos depois, a realidade desmente integralmente o discurso liberal, como pode ser facilmente notado no gráfico ao lado, de autoria do economista David Deccache:



Desde julho de 2017, os empregos com carteira assinada não cresceram, a ocupação precária teve forte incremento e a desocupação de maiores de 14 anos oscilou em patamar alto. Os únicos efeitos reais da deformação foram o aumento da lucratividade dos empregadores e a redução da renda e da segurança dos empregados.

A Medida Provisória 1045, que tramita no Congresso e já tendo sido aprovada na Câmara dos Deputados na noite de 10 de agosto, vai um grande passo além na precarização das relações de trabalho no Brasil. É a famigerada “carteira verde-amarela” entrando atravessada.

Usando uma “sopa de letrinhas” - BIP, BIQ, Requip, Priore, SSV - a maioria dos deputados produziu um segundo ato da tragédia trabalhista que assola o país. O texto aprovado cerceia a fiscalização do exercício do trabalho, restringe acesso à gratuidade em demandas trabalhistas, reduz em mais de metade o valor das horas extras para categorias como bancários, jornalista e operadores de telemarketing e legaliza modalidades de trabalho sem garantias.

As centrais sindicais denunciam que a criação do Regime Especial de Trabalho Incentivado (Requip) estabelece uma espécie de trabalhador de “segunda classe”, sem contrato de trabalho e, portanto, sem direitos (como férias, FGTS, contribuição previdenciária, entre outros). Segundo a Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente do MPT, “esta modalidade de trabalho ficará completamente à margem da legislação trabalhista, já que não haverá vínculo empregatício; não haverá salário, mas apenas o pagamento de ‘bônus’; não haverá recolhimento previdenciário ou fiscal; não



haverá férias; o vale-transporte também será garantido apenas parcialmente”.

O trio de programas-jabuti (Requip, Priore e Serviço Social Voluntário) que subiu na árvore da MP é avaliado pela cientista social Helena Abramo em termos precisos: “São dirigidos essencialmente aos jovens e isso não é um detalhe. Consolida uma ideia que há muito tempo circula, impulsionada por centros como o BID, a OCDE e todos os intelectuais orgânicos do neoliberalismo - a de que o grande problema da juventude é o desemprego e que vale qualquer coisa para tirá-la da condição de ‘nem nem’.”

Segundo Abramo, “isso se faz tornando-a ‘mais empregável’, diminuindo seu custo para as empresas, permitindo que a eles se pague um salário menor que o mínimo estabelecido no país, retirando seus direitos, ou

mesmo criando formas de vínculo que não permitem sequer que seja considerado emprego, mas treinamento. Isso não é uma forma de apoiar a entrada dos jovens no mundo do trabalho, é um modo de criar um exército de trabalhadores sem direitos, de ir ‘acostumando’ toda uma geração à ideia de que o trabalho não deve ser ‘decente’, protegido, com direitos.”

O ato final da nova tentativa de ataque aos trabalhadores se dará no palco do Senado. Partidos de oposição progressista, centrais sindicais, movimentos sociais e todas as instituições e entidades que não aceitam ainda mais precarização da vida laboral terão que ser plateia muito ruidosa para impedir a ampliação da grande mentira de que “menos direitos garantem mais emprego”..•

# A REFORMA ADMINISTRATIVA QUER RETIRAR MAIS DIREITOS DA POPULAÇÃO

No próximo 18 de agosto, os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público realizam Dia Nacional de Mobilização. O objetivo é barrar a reforma administrativa, que vai enfraquecer o atendimento à população e fragilizar o serviço público.



Crédito Roberto Parizotti - CUT

## Pedro Armengol de Souza

A PEC 32/20, que propõe uma “reforma administrativa” no Brasil, é uma proposta apresentada sem nenhum diagnóstico dos reais problemas dos serviços prestados pelo Estado à população brasileira. Proposta que, em sua essência, não traz nenhuma perspectiva de ampliação de políticas de proteção social, ao contrário, conduz ao Estado Mínimo Social, mesmo diante da atual conjuntura que traduz uma evidente necessidade de ampliação da rede de serviços públicos essenciais.

A PEC propõe redução do papel do Estado como promotor dos serviços públicos, em especial saúde e educação, mediante alteração dos princípios estruturantes da administração previstos

no artigo 37 da Constituição Federal, e inclusão de princípios de “cooperação” com o setor privado, segundo os quais a administração pública só atuará em serviços nos quais a iniciativa privada não tiver interesse por não serem lucrativos. Uma PEC que permite a volta do coronelismo político e loteamento de cargos, com a volta da nomeação de servidores sem concurso público, com o uso indevido do poder político para fins particulares e eleitorais, aprofundando o fisiologismo.

Uma PEC que acaba com a estabilidade da maioria dos servidores públicos, estabilidade que não pode ser confundida com “impunidade”, como tentam caracterizar aqueles que defendem essa PEC, mas a estabilidade como garantia para a sociedade

ter agentes públicos que exerçam suas atividades atendendo às demandas sociais, não de interesses particulares e eleitoreiros, garantindo assim dois dos princípios balizares da administração pública, a impessoalidade e moralidade administrativa.

Uma PEC que causará um desequilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, ameaçando o pagamento das aposentadorias e pensões dos atuais e futuros servidores e servidoras públicas. Uma PEC que autoriza o Fim do Regime Jurídico Único, e cria cinco novos vínculos de trabalho, com o objetivo evidente de precarizar as relações de trabalho no setor público, onde dos cinco novos vínculos, apenas um garante a estabilidade (os cargos típicos

de Estado), além de constitucionalizar a terceirização na administração, inclusive das atividades-fim. Essa reforma administrativa do setor público trará como consequência mais grave a quebra da isonomia entre os servidores. Essa PEC não atingirá magistrados, parlamentares, militares e membros do Ministério Público, onde se concentram os maiores desequilíbrios salariais, destruindo a narrativa mentirosa de que um dos objetivos seria o de “combater privilégios”.

Para impedir o desmonte do Estado, salvar os serviços públicos e defender os direitos do povo brasileiro da sanha odiosa das elites do atraso, as onze centrais sindicais de trabalhadores do Brasil irmanam-se nesta luta não só para derrotar a PEC

32, mas sobretudo para resistir com firmeza a todos os ataques ao Estado de Bem-estar Social e aos direitos assegurados ao povo brasileiro na Constituição cidadã de 1988, principais alvos da reforma administrativa do ministro-banqueiro Paulo Guedes.

Com paciência, acolhimento e capacidade de persuasão, debateremos os rumos do Brasil com a população em audiências públicas nas câmaras municipais e assembleias legislativas estaduais, e em ações junto aos parlamentares para votarem contra a PEC 32, para garantir capilaridade nacional ao processo de conscientização sobre a urgência de uma forte reação social a essa reforma.

Essa unidade das centrais sindicais para derrotar a PEC 32

vem conseguindo construir um processo de mobilização importante dos trabalhadores das três esferas do setor público. Após muito debate, incluindo plenária virtual com mais de cinco mil servidores e servidoras nos dias 29 e 30 de julho, decidimos pela construção, no próximo 18 de agosto, do Dia Nacional de Luta Contra a PEC 32, Contra a MP 1045, Contra as Privatizações e Pelo Fora Bolsonaro, com indicativo de greve dos servidores públicos, com atos públicos em cada estado. Enfim, um grande dia de mobilização em defesa da classe trabalhadora. •

Pedro Armengol de Souza, integrante da Direção Nacional da CUT e da Condsef (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal)

# MOVIMENTOS SOCIAIS PROGRAMAM MANIFESTAÇÕES

No próximo dia **18 de agosto**, quarta-feira, a Central Única dos Trabalhadores, CUT e todas as centrais sindicais, promoverá em todo o país, atos contra a reforma administrativa e contra o desgoverno Jair Bolsonaro. A série de eventos será chamado de **Dia Nacional de Mobilização e Paralisação em Defesa do Serviço Público**.

“Convoco todos os segmentos da classe trabalhadora, em especial os servidores e servidoras públicas nas três esferas-municipal, estadual e federal- para protestar no dia 18 de agosto, de todas as formas possíveis”, diz Sergio Nobre, Presidente Nacional da

CUT.

Já no dia **07 de setembro** será realizado a vigésima sétima edição do já tradicional **Grito dos Excluídos**, com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB e com a participação da sociedade civil. Nessa edição, a volta da fome, o desprezo por parte do governo com as terras indígenas, os mais de meio milhão de mortos pela Covid e o desemprego serão os motes da campanha.

Intitulada Vida em Primeiro Lugar, a CNBB em carta, convida à todas e todos a entrar “Na luta por participação popular, saúde, comida, moradia, trabalho e renda já”



# DISTRITÃO E SEMIPRESIDENCIALISMO: TUTELA E BLOQUEIO DA DEMOCRACIA

**Carlos Zarattini e José Guimarães**

Setores do Congresso Nacional articularam um retrocesso democrático na última semana, mas um acordo feito por muitas mãos impediu a consolidação de propostas que atacavam diretamente a democracia e os direitos dos eleitores. Assim foi rejeitado o sistema chamado “distritão”, que foi levado ao plenário da Câmara dos Deputados. O alerta sobre o retrocesso da medida falou mais alto não apenas pelo teor da mudança, mas também pelas sementes danosas que ela poderia ajudar a implantar, como o semipresidencialismo.

A proposta do distritão previa a perda da possibilidade de eleição dos candidatos também com base nos votos do partido. Caso aprovada, a proposta acabaria com o sistema proporcional, abrindo espaço para um formato em que cada candidato seria eleito individualmente. Os partidos, assim, perderiam a importância diante da eleição de personalidades bastante conhecidas. Negros, mulheres, indígenas, LGBTQIA+ e outros representantes das chamadas “minorias” seriam eliminados do parlamento.

Mesmo com o distritão rechaçado, nossa luta continua. Alguns querem retroceder nosso sistema político à República Velha com a possibilidade de adoção do semipresidencialismo. A tutela de um presidencialismo com filtro parlamentar, que limitará as prerrogativas do próximo presidente da República, é o sonho daqueles que desejam o triunfo da tese neoliberal no Parlamento.



Lembremos que o modelo parlamentarista já foi rejeitado pelo voto popular mais de uma vez por meio de plebiscitos.

Trata-se de uma conversa fiada em meio à divulgação de pesquisas que apontam o ex-presidente Lula na liderança da corrida eleitoral do ano que vem. A verdade é que os poderosos deste país querem esvaziar o princípio da soberania popular e ampliar sua própria capacidade de decisão e controle a um limite jamais visto. Desta vez, com uma espécie de

blindagem neoliberal na escolha parlamentar de um primeiro-ministro para esvaziar o voto popular e tocar os projetos do “andar de cima”. Não vamos cair nessa!

Assim como o distritão acabaria com a renovação política, o semipresidencialismo abre espaço para golpes azeitados pelo clientelismo eleitoral. Querem, a todo custo, retirar o protagonismo do voto direto de projetos políticos populares capitaneados por lideranças como Lula para reestruturar o atual cenário de exclusão social, desigualdades e caos econômico. Tentaram dar o golpe com a PEC do voto impresso, não colou. Agora, querem ludibriar os brasileiros com a cantilena de um parlamentarismo à brasileira. Francamente!

Enquanto isso, o Brasil já soma mais de 560 mil mortos por Covid, segue a vacinar a passos lentos, soma mais de 14 milhões de desempregados e fecha os olhos para a inflação dos alimentos, que retira o direito à comida na mesa. Enquanto a fome se alastra, a CPI da Covid, no Senado, evidencia, cada vez mais, a incompetência e a corrupção no governo Bolsonaro. Em um cenário caótico como esse, é inaceitável discutir propostas de mudança no sistema eleitoral. Temos outras prioridades e essa reforma não é, de longe, a que resolverá nossos problemas. Continuamos na luta por democracia, comida no prato e vacina no braço!•

\*Carlos Zarattini (PT-SP) é deputado federal; José Guimarães é deputado federal (PT-CE) e vice-líder da Minoria na Câmara dos Deputados



# O BRASIL DE VOLTA PARA O FUTURO

**José Chrispiniano (\*)**

A viagem por 6 estados do Nordeste que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva inicia neste domingo, dia 15, por Pernambuco, passando também pelo Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, está dentro do esforço de não apenas resistir ao projeto de destruição do Brasil conduzido pelo atual (des)governo, mas também de iniciar um amplo diálogo nacional para o Brasil recuperar sua democracia, a inclusão social, a educação, a ciência e a cultura: enfim para recuperarmos nosso futuro.

Um esforço que ganhou impulso com a vitória primeiro da sua liberdade, depois a recuperação dos seus direitos políticos e o reconhecimento de que Sérgio Moro não foi um juiz imparcial e os evidentes interesses políticos em tirar Lula da eleição de 2018, o que abriu caminho para a aberrante eleição de Jair Bolsonaro. Até a recuperação dos direitos de Lula, Bolsonaro não se sentia ameaçado na sua reeleição, aproveitando-se da fragmentação da oposição contra ele.

A destruição do país como projeto de Bolsonaro não é uma teoria, mas assumido pelo próprio em emblemático jantar na

embaixada brasileira em Washington, em homenagem ao propagandista do ódio e da extrema-direita Olavo de Carvalho, em 17 de março de 2019. Nele, Bolsonaro se dizia feliz se seu governo servisse para “desfazer” e desconstruir” muita coisa.

O governo atual não consegue ser explicado, entendido ou discutido pelos padrões da democracia: quem fez a melhor gestão, quem melhorou mais a vida do povo. Ele só consegue ser compreendido como um governo neocolonial, de saque do nosso país, da destruição da nossa soberania e união, da promoção do banguê banguê e da lei do mais forte como se fosse política de segurança pública, da destruição dos direitos dos trabalhadores como política econômica, do fim das empresas estatais, instituições científicas, universidades e ferramentas de desenvolvimento construídas ao longo de décadas por governos distintos.

Não é a toa que esse é o governo dos desastres e incêndios. No Pantanal, na Amazônia, e na Cinemateca Brasileira, o país pega fogo sem nenhuma preocupação do seu mandatário.

A pandemia escancarou ainda mais o desprezo de Bolsonaro pelos brasileiros e pelo país. O

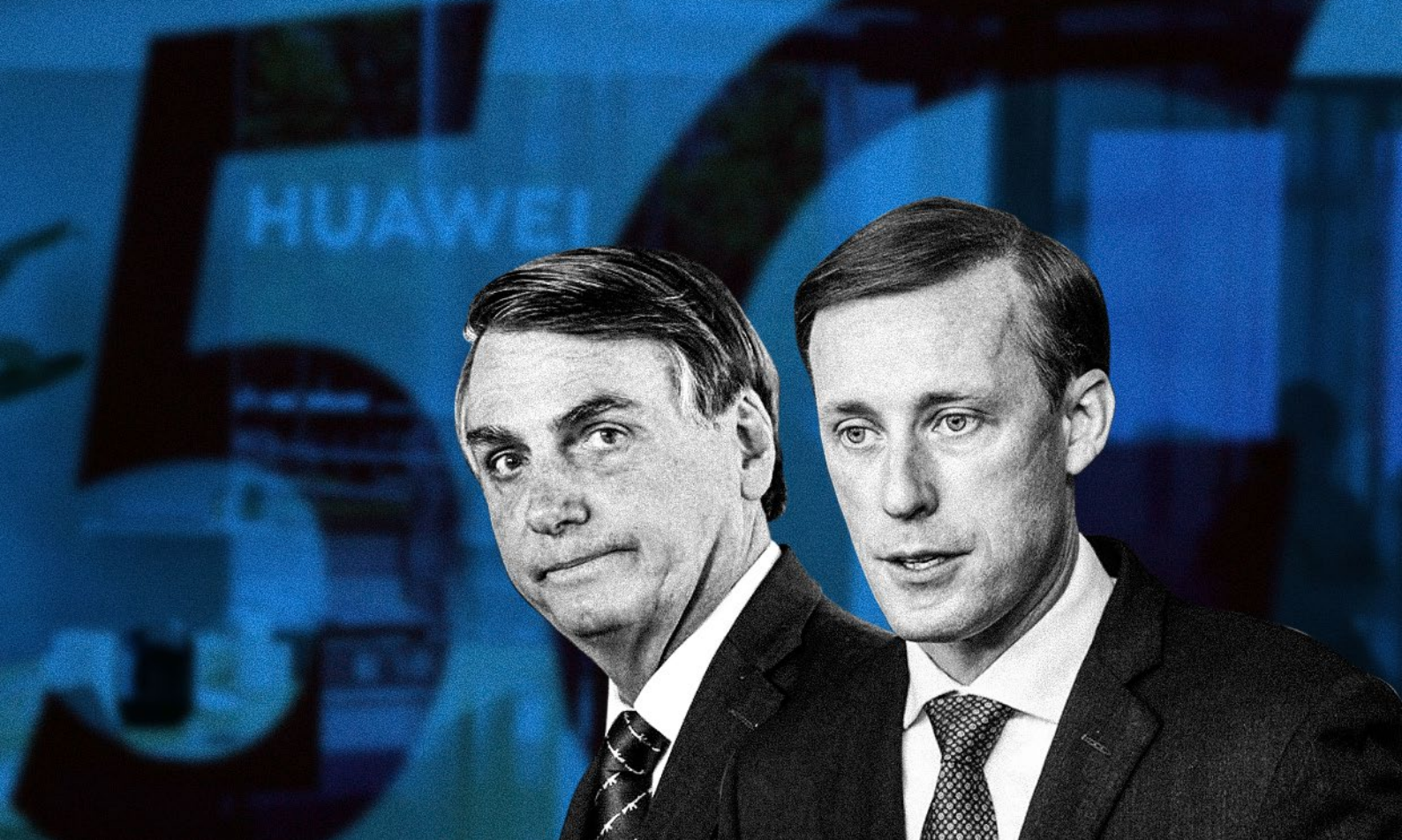
Brasil é hoje o segundo com mais mortes por covid19 no mundo, e o quinto com mais mortes por milhão de habitantes. Bolsonaro, ao longo de todo esse período, sempre estimulou, inclusive entre seus apoiadores, que assumissem comportamentos de risco para sua saúde. Não teve nenhuma urgência para comprar a vacina e promoveu tratamentos ineficazes.

Diante desse cenário de terror imposto por Bolsonaro, o país ter uma alternativa de esperança, testada e comprovada, é o que mais assusta o genocida.

O Nordeste, região que se transformou nos governos do PT de região mais pobre para região com maior crescimento do país, sabe que o Brasil pode muito mais do que a tristeza, morte, fome, e desalento que o país tem vivido desde 2016. Que o país não ganha nada com um governo federal em guerra ideológica permanente contra governadores e prefeitos.

Que podemos corrigir o desvio de rota que o país entrou com o golpe de 2016 e voltarmos a ter o futuro que estávamos construindo: o de um país de todos. •

\*Assessor de imprensa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva



## CONSELHEIRO DE BIDEN COM BOLSONARO, A TECNOLOGIA 5G E A CHINA

Jake Sullivan tenta seduzir os militares que estão no poder com armas da Otan. Em troca, quer garantir que a empresa chinesa de telefonia fique de fora da implantação das redes 5G no Brasil

Jorge Bittar e Cezar Alvarez

**A** visita do conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Jake Sullivan, ao presidente Bolsonaro poderia ser vista como parte do necessário diálogo entre países soberanos no afinamento, discussão e conhecimento mútuo das suas estratégias nas diversas frentes do complexo momento geopolítico mundial. Poderia, se tivéssemos no Brasil um presidente que liderasse

a sociedade e afirmasse a nossa soberania. Ao contrário, aqui temos um governo cada vez mais submisso aos ditames dos governantes dos EUA e sem qualquer resquício de visão estratégica nacional e soberana. Assim ocorreu com Donald Trump, assim se dá na relação com Joe Biden.

O jornal Folha de São Paulo noticia que o visitante americano e sua comitiva, no melhor estilo do toma-lá-da-cá, ofereceram ao governo brasileiro algo em troca deste impedir que a empresa

chinesa HUAWEI participe da implantação das redes 5G no Brasil.

É sabido que os chineses estão bastante à frente dos americanos e demais países ocidentais no desenvolvimento da tecnologia 5G e que costumam oferecer os seus sistemas a preços bastante inferiores aos dos seus concorrentes. Sabe-se também que essa tecnologia se constitui numa infraestrutura que é a base para um processo disruptivo de transformações econômicas e sociais. Através dela, estão surgindo a



Reprodução

indústria 4.0, a agricultura avançada de precisão, carros autônomos, telemedicina de alta complexidade, dentre outros. O Brasil se prepara para a implantação dessas redes de nova geração, através do leilão das frequências adequadas, a ser realizado pela Anatel ainda neste ano.

Alegam os americanos, sem apresentar provas, desde o governo Trump, que os equipamentos chineses dispõem de dispositivos que viabilizam a captura clandestina de informações. Trata-se de argumento estritamente político, usado como arma na guerra que se trava pelo domínio tecnológico e econômico na esfera global.

E o que oferecem ao Brasil os americanos?

Segundo a notícia, Jake Sullivan ofereceu ao governo Bolsonaro, como contrapartida ao impedimento da Huawei no 5G, apoio para que o Brasil se torne um sócio global da Organização do Tratado do Atlântico Norte - Otan. Para tal, o conselheiro americano esteve também com o ministro da Defesa Braga Netto e com o ministro das Comunicações Fábio Faria.

Parece brincadeira, mas não é. Os americanos oferecem aos

militares brasileiros, que estão mergulhados até o pescoço no governo Bolsonaro, a oportunidade de conhecer, estudar e até adquirir equipamentos militares por eles fabricados, cujo acesso é exclusivo aos integrantes da Otan. Um atrativo aos militares, mas que nada tem a ver com os interesses estratégicos do Brasil, que precisa de um caminho para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Por outro lado, o eventual bloqueio da Huawei significaria um atraso na implantação das redes 5G, com forte impacto na modernização da economia, pois inevitavelmente geraria um grande e complexo contencioso jurídico. Outro provável impacto, seria o aumento dos custos de implantação dessa tecnologia em decorrência da menor competição e da retirada daquela que pratica os menores preços. Esses aumentos de custos seriam inevitavelmente pagos pelos usuários desses serviços.

Por fim, mas não menos importante, é sempre bom lembrar que a China é o principal importador dos produtos brasileiros e grande fornecedor de produtos industriais ao Brasil. Uma decisão como a sugerida pelos america-

nos teria forte impacto negativo para a economia brasileira. Já vimos isso, quando o governo chinês reagiu às declarações de Bolsonaro e dos seus filhos sobre a intenção de barrar a Huawei, suspendendo o envio de vacinas e de IFA até que o governo brasileiro mudasse de posição. Um possível alinhamento automático do Brasil aos EUA nessa guerra tecnológica, com certeza trará consequências desastrosas à economia e ao povo brasileiro.

O Brasil é um país de dimensões continentais, de grande população e cuja economia, apesar desse governo desastroso, está entre as maiores do planeta. Precisa de uma política externa que afirme a sua soberania, que afirme a autodeterminação dos povos e que estabeleça relações geopolíticas amplas a partir dos seus interesses enquanto nação.

Temos saudades de uma política externa de outrora, de um Brasil respeitado internacionalmente, com suas posturas ativas e altivas.●

Jorge Bittar - Diretor da Fundação Perseu Abramo (FPA)

Cezar Alvarez - Coordenador do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas/TICs, (FPA)





# QUAL O IMPACTO DA PANDEMIA E DO RACISMO NA TRAJETÓRIA DAS JUVENTUDES NEGRAS NO ENSINO MÉDIO?

Por Nádía Garcia

**H**á um ano e meio vemos a educação pública brasileira quase entrar em colapso pelo despreparo do Ministério da Educação montado para o desgoverno Jair Bolsonaro. Só não tivemos uma estagnação total no estudo de milhões de jovens da rede pública graças ao empenho sobre-humano dos profissionais da educação e dos partidos progressistas na luta por um ensino remoto de qualidade e com internet e aparelhos celulares e computadores pra geral.

O Instituto Unibanco e o Porvir criaram um infográfico para desenhar como as juventudes negras foram atingidas no último período, mostrando os altos índices de evasão e abandono escolar, em contrapartida aos números que tangem a estudantes brancos e brancas.

As juventudes negras sofreram com mais força o impacto deste processo de desorganização educacional e irresponsabilidade social promovido pelo desgoverno nacional, inflamado pelo racismo estrutural brasileiro, parte prioritária do programa político de Jair Bolsonaro.

Precisamos colocar as juven-

tudes negras no centro das discussões de educação e participação social nas políticas públicas nacionais, abrir espaço para que essas jovens e esses jovens ocupem as salas de aulas com incentivo real para um futuro de estudo e trabalho decente, ocupando os espaços de poder e decisão, com formação acadêmica e política, pois não haverá futuro igualitário e justo sem as juventudes negras ocupando as cadeiras das salas de aula, das universidades, dos ambientes de trabalho e espaços políticos. •

Nádía Garcia - Dirigente Nacional da Juventude do Partido dos Trabalhadores

# A GASOLINA CARÍSSIMA E OS INTERESSES NACIONAIS

Por Elvino Bohn Gass

Não é à toa que o ministro da Economia do governo neofascista Bolsonaro é conhecido como “posto Ipiranga”. Nada mais adequado quando se veem os desenfreados aumentos do preço da gasolina, do gás de cozinha e do diesel por uma Petrobras que hoje atua com foco nos “interesses do mercado” e dos acionistas, em detrimento do povo brasileiro. Desde janeiro deste ano, o preço da gasolina subiu nove vezes.

Os aumentos médios da gasolina (51%) e diesel (40 %) aplicados em 2021 prejudicam a população, num momento em que os salários estão congelados e cai a renda da classe média e dos trabalhadores. Essa política antinacional e antipopular do governo Bolsonaro é um acinte, pois no mesmo momento em que a estatal anuncia o novo aumento (12/08), concomitantemente alardeia que vai distribuir antecipadamente R\$ 31,6 bilhões em dividendos para os seus acionistas, em boa parte estrangeiros.

O lucro total da empresa no segundo trimestre deste ano foi de R\$ 42,85 bilhões e foi festejado por acionistas, que nem ficam ruborizados com o fato de uma empresa que foi criada com o sangue e o suor dos brasileiros estar hoje nas mãos de abutres em nome de um liberalismo que é contra os interesses nacionais.

Pior, a empresa ainda anuncia que no ano que vem vai adotar uma política mais generosa de distribuição de lucros. O povo brasileiro está sendo espoliado.

Tenta-se convencer a população de que os aumentos se devem à cotação do dólar, que com o atual governo disparou. Ora, o Brasil é autossuficiente em petróleo, as enormes jazidas do pré-sal têm custo baixíssimo de produção e tudo é feito em real, não em dólar.

A dolarização dos preços dos combustíveis é fruto do golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff, numa mesma manobra que resultou na mudança da legislação para sepultar as leis aprovadas nos governos do PT para que o pré-sal fosse usado para a educação e saúde e garantir um futuro melhor aos brasileiros. Bolsonaro aprofundou essa política entreguista para favorecer os estrangeiros.

Hoje, importa-se combustíveis, como se a Petrobras não tivesse condições de suprir o mercado interno. Os petroleiros denunciam a política de desmonte da empresa. Só na Bahia 1/3 da capacidade de produção de gasolina e gás de cozinha (GLP) está com a planta em hibernação.

Enquanto isso, o preço médio do litro da gasolina já superou a casa dos R\$ 6,00 e em algumas regiões do país já está sendo vendido a R\$ 7,00, ante os R\$ 2,80 da época do governo Dilma,



quando o botijão de gás custava R\$ 40,00, em contraste com mais de R\$ 100,00 de hoje. Não custa lembrar que a inflação no período foi de 57%, muito abaixo dos aumentos dos combustíveis.

O festival de aumentos do combustível faz aumentar os índices de inflação porque impacta nos preços de todas as mercadorias. Tem impacto direto na vida de todo mundo, principalmente dos mais pobres, já profundamente prejudicados com o desemprego e o arrocho salarial.

O desafio da oposição, ao reassumir o governo, é recolocar a Petrobras na trilha dos fundamentos para a qual foi criada por Getúlio Vargas: uma empresa nacional para impulsionar o desenvolvimento do país e contribuir com o bem-estar do povo brasileiro. Hoje, faz apenas a alegria de acionistas que engordam seus bolsos às custas da população, incluindo uma absurda venda de ativos da empresa a preço de banana, colocando o Brasil à mercê de estrangeiros.

O governo Bolsonaro colocou a Petrobras na mesma condição de países dependentes de petróleo e derivados do exterior. Ou seja, trata o Brasil como se não fosse um dos maiores produtores de petróleo do mundo e coloca o país na situação de importador de derivados. É preciso mudar esse quadro. •

(\*) \*Deputado federal (PT-RS) e líder do partido na Câmara dos Deputados

Crédito: Ricardo Stuckert/PR

## 18 de agosto de 1995 CRIADA A SECRETARIA NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO DO PT

Entre 18 e 20 de agosto de 1995, ano do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, o PT deliberou, no seu 10º Encontro Nacional em Guarapari (ES), a criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo. Esta história não começa em 1995, ela é parte do desenvolvimento e construção do partido, sendo presente desde seus primeiros documentos, como a Declaração Política do PT de 1979, no contexto do movimento pró-PT. Desde 1982 o PT contava com a Comissão de Negros do PT, e em 1988 organizou-se a Subsecretaria Nacional de Negros do PT, em meio às mobilizações do centenário da Abolição.

## 17 de agosto de 2000 INDEPENDÊNCIA DO GABÃO

A ocupação francesa do Gabão teve início em 1849, com a fundação da cidade de Libreville. Mas foi com a exploração de madeira nas primeiras décadas do século 20 que a administração colonial se fixou de vez na região.

No entanto, a exemplo do que aconteceu em outros países da África Ocidental Francesa (AOF) e da África Equatorial Francesa (AEF), o Gabão viveu uma transição política gradual e negociada para a independência. Com as possibilidades abert



## 17 de agosto de 2010 PETROBRAS OBTÉM LUCRO RECORDE

Alta do preço do barril e maior volume de vendas impulsionam desempenho e Petrobras acumula lucro líquido consolidado de R\$ 16,021 bilhões no primeiro semestre do ano, valor 11% superior ao mesmo período do ano anterior. É o maior lucro líquido consolidado de uma empresa brasileira até hoje.

O lucro foi impulsionado pelo aumento do preço médio do barril de petróleo e pelo maior volume de vendas. A produção

de petróleo e gás subiu 3% em relação ao primeiro semestre de 2009, atingindo produção diária de 2,033 milhões de barris – um recorde. Os investimentos também aumentaram, totalizando R\$ 38,1 bilhões.

A Petrobras era a maior empresa brasileira em valor de mercado. Em 2010, o processo de capitalização da companhia seria o maior da história mundial, captando R\$ 120 bilhões.

tas pela Constituição francesa de 1946, foram criados partidos políticos favoráveis à autonomia.

Léon M'Ba fundou o Movimento Misto Franco-Gabonês, seção local da Assembleia Democrática Africana (RDA), que seria rebatizada de Bloco Democrático Gabonês (BDG) nos anos 1950. Em oposição ao grupo liderado por M'Ba e em defesa da criação de uma federação dos países da AEF, Jean-Hilaire Aubame fundou a União Democrática e Social Gabonesa (UDSG) em 1948.

Quando o presidente francês Charles de Gaulle criou uma comunidade franco-africana de repúblicas, no final da década de 1950, Léon M'Ba intensificou sua militância nacionalista contrária à divisão das riquezas minerais do Gabão entre os países de uma possível federação. A UDSG recusou-se a formar um governo de transição em 1958, e M'Ba negociou sozinho a independência com a França. A República Gabonesa foi declarada em 17 de agosto de 1960.



Crédito: Ricardo Stuckert

15 de agosto de 2011

## UMA DÉCADA DE INSTITUTO LULA

No próximo dia 15 de agosto, o Instituto Lula completa 10 anos de história. A entidade, que nasceu como Instituto Cidadania em 1990, mudou de nome quando Lula deixou a Presidência da República. De cara nova, o Instituto manteve sua vocação histórica, funcionando como centro de pensamento, diálogo e formulação de propostas para o Brasil.

No Instituto Cidadania germinaram as sementes de projetos que transformaram o país, como o Fome Zero e o Minha Casa Minha Vida. A defesa desse legado é uma das tarefas principais do Instituto Lula. A partir dessas bases, a instituição segue pensando e construindo novos horizontes para o povo brasileiro – espelho da trajetória política de Lula.



18 de agosto de 2008

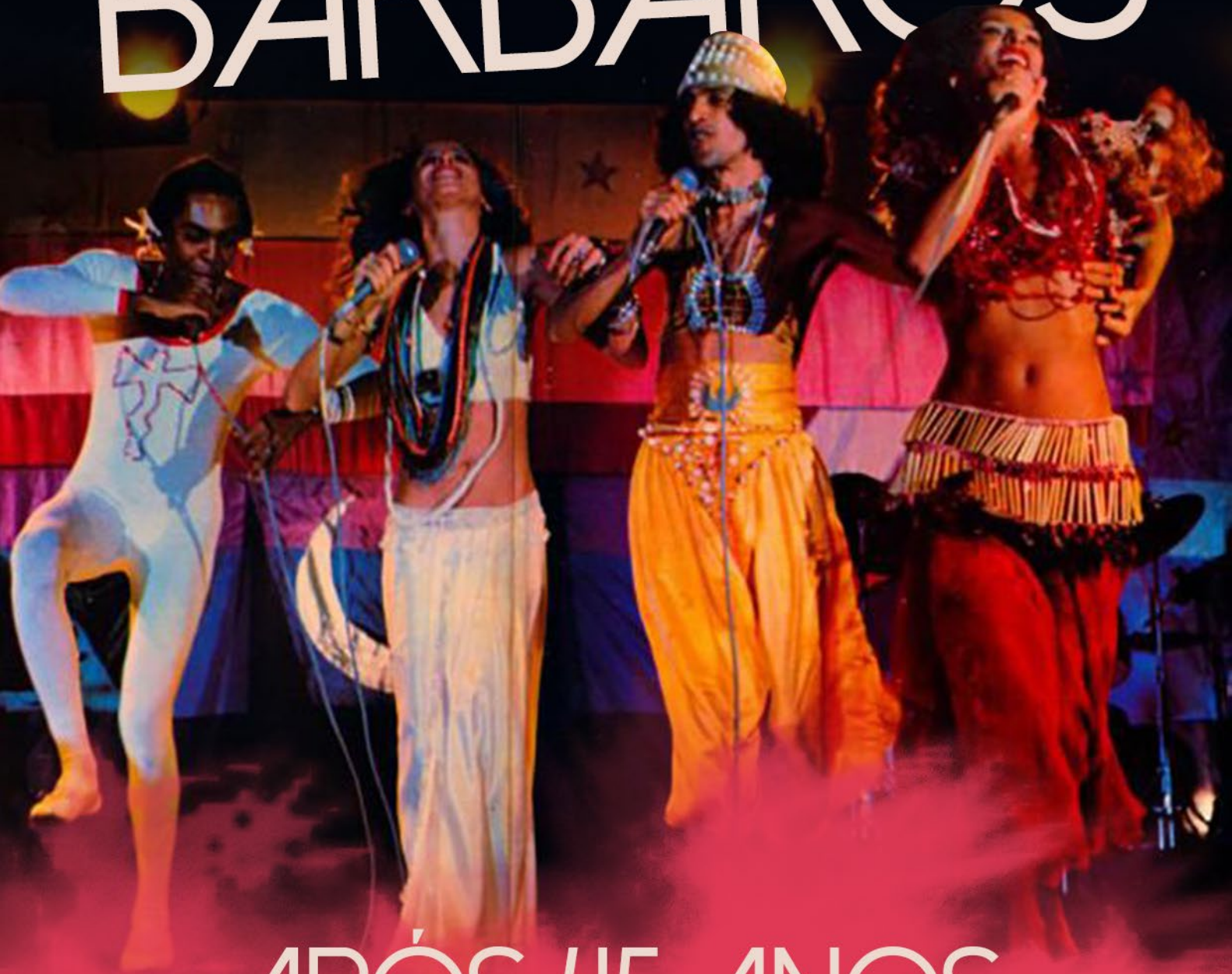
## TRANSEXUALIDADE É RESPEITADA NO SUS

O Ministério da Saúde publica a Portaria nº 1.707/2008, que garante a travestis e transexuais o acesso a tratamento hormonal e cirurgia de redesignação sexual. A partir desta data, a cirurgia para mudança de sexo passa a ser oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), após acompanhamento psicológico de dois anos e laudo psiquiátrico ates-

tando a transexualidade. A medida visa reduzir o número de automutilações e suicídios entre essa população.

O Brasil foi o primeiro país latino-americano – e um dos pioneiros do mundo – a assegurar o direito ao processo transexualizador (nome técnico da cirurgia) no sistema público de saúde. A conquista foi o resultado de uma construção conjunta entre movimentos sociais LGBT, especialistas e gestores do Executivo federal.

# DOCES BÁRBAROS



APÓS 45 ANOS  
CONTINUA ATUAL

# O Brasil de 45 anos atrás talvez ainda seja o país no qual vivemos hoje. Afinal, as músicas daquela época fazem sentido para esse período em que se saúda o retrocesso.

Por Alberto Cantalice

No início do ano de 1976, nos estertores do regime militar. Ano da mentirosa distensão lenta, gradual e segura protagonizada pela dupla de golpistas de 64, Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, a Música Popular Brasileira resistia. Foi nesse ambiente que os baianos Gilberto Gil, Caetano Veloso, Gal Costa e Maria Bethânia se reuniram. Todos já com mais de 10 anos de carreira. Oriundos do Movimento Tropicália: Gil, Gal e Caetano e do Teatro Opinião: Bethânia, uniram-se em um espetáculo histórico que embalou plateias de milhares e milhares de pessoas pelo mundo afora. Doces Bárbaros foi o nome escolhido.

Cantando as composições da dupla Gil-Caetano, o grupo também incorporou no repertório do show as composições "Atiraste Uma Pedra", um clássico do cancionista popular, composta por Herivelto Martins e David Nasser e a célebre "Fé Cega, Faça Amolada", de Milton Nascimento e Ronaldo Bastos.

Objetivando dar um choque na mesmice e se propondo desafiar a pauta de costumes e a censura da época, os artistas resolveram inovar no canto e na vestimenta. Visto inicialmente como uma revisão do Tropicalismo, com a adesão luxuosa de Maria Bethânia, o show, transformado posteriormente em disco e filme foi um sucesso estrondoso.

Acompanhado de perto por censores e policiais, a turnê teve

um fato hoje visto como pitoresco, mas que causou um grande dissabor para os participantes. Quando da realização do espetáculo em Florianópolis, Santa Catarina, a polícia resolveu fazer uma busca nos apartamentos dos artistas e encontrou uma pequena quantidade de maconha no quarto de Gil e do baterista Chiquinho Azevedo. Presos em "flagrante delito", os dois foram conduzidos à Delegacia e posteriormente levados à julgamento.

Esse percalço atrapalhou significativamente a continuidade da turnê, mas não conseguiu inviabilizar o álbum duplo, gravado ao vivo e que se compõe de 17 belíssimas canções. Dentre elas, Os Mais Doces Bárbaros de Caetano Veloso: *"Com amor no coração, preparamos a invasão. Cheios de felicidade, entramos na cidade amada. Peixe espada, peixe luz. Doce bárbaro Jesus, sabe bem quem é otário, o peixe no aquário nada...Alto astral, altas transas, lindas canções. Afoxés, astronaves, aves, cordões. Avançando através dos grossos portões, nossos planos são muito bons"*.

E a música "O Seu Amor", de Gilberto Gil: *"O seu amor. Ame-o e deixe-o, livre para amar...O seu amor, ame-o e deixe-o ir aonde quiser. O seu amor, ame-o e deixe-o brincar. Ame-o e deixe-o correr. Ame-o e deixe-o cansar. Ame-o e deixe-o dormir em paz. O seu amor, ame-o e deixe-o Ser o que ele é"*. A letra, tal qual uma paródia dos clichês e patriotadas da ditadura: Brasil Ame ou deixe-o, faz uma profissão de fé pela

liberdade e pelo direito de amar quem você queira. Um bálsamo no asfixiante período da cafonice e carece de então.

45 anos depois, e com tantos retrocessos na vida nacional, nessa era de negacionismos e saudosismo da ditadura, o espetáculo que também virou filme pelas mãos do Diretor Jom Tom Azulay, traça um histórico do sucesso do trabalho e traz reflexões dos artistas e suas visões do momento.

Atualíssima é a composição Chuck Berry Fields Forever, composta por Gil como rescaldo do exílio em Londres e que nos leva a constatar que no Brasil o passado, o presente e o futuro se entrecruzam em uma antropofagia político-cultural Oswaldiana de Andrade permanentemente: *"Trazido d'África pra Américas de Norte e Sul, tambor de tinto timbre tanto tom tocou. E neve, garça branca, valsa do Danúbio Azul. Tonta de tanto embalo, num estalo desmaiou. Vertigem verga, a virgem branca tomba sob o sol, rachado em mil raios pelo machado de Xangô. E assim gerados, a rumba, o mambo, o samba, o rhythm'n blues, tornaram-se os ancestrais, os pais do rock and roll... Rock é o nosso tempo, baby, rock and roll é isso. Chuck Berry Fields Forever, os quatro cavaleiros do após calipso, o após calipso. Rock and roll capítulo um, versículo vinte, século vinte, século vinte e um"*.

Enquanto isso, continuamos à espera que "Um índio desça de uma estrela colorida e brilhante, impávido que nem Muhammad Ali", como escreveu Caetano.●



# PAÍS PERDE TRÊS GRANDES BRASILEIROS

A semana que passou foi trágica para a cultura e o sindicalismo brasileiro. Perdemos o ator e diretor Paulo José e o também ator Tarcísio Meira. Perdemos também o dirigente sindical Wagner Gomes, secretário-geral da Central dos Trabalhadores Brasileiros, CTB e dirigente histórico do Partido Comunista do Brasil, PCdoB.

Três figuras extraordinárias, que deixam o Brasil mais pobre e órfão de suas capacidades criativas. Wagner Gomes, 61 anos, ex-presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo faleceu prematuramente de infarto agudo do miocárdio, causando extrema comoção no movimento sindical brasileiro e nos setores progressistas. Wagner Gomes, foi também candidato a Senador por SP.

O ator e diretor Paulo José, conhecido por interpretar diversos

papeis de destaque na televisão, no cinema e no teatro, faleceu no Rio de Janeiro aos 84 em decorrência de pneumonia. Paulo José foi juntamente com Augusto Boal, Flávio Império e outros, fundador do revolucionário Teatro de Arena, em São Paulo. Na TV, protagonizou na década de 1970 a Shazan, no programa Shazan e Xerife, interpretado pelo saudoso ator Flávio Migliaccio. No cinema, entre tantas interpretações de relevo destaca-se sua participação em "Macunaíma", de Joaquim Pedro de Andrade contracenando com o magistral Grande Otelo.


Seu último trabalho no cinema foi no Documentário "Todos os Paulos do Mundo" baseado nos seus 60 anos de carreira e dirigido pelos cineastas Gustavo Ribeiro e Rodrigo Oliveira, finalizado em 2018.

Outra perda dolorosa e que abre uma lacuna na teledramatur-

gia brasileira é a do ator Tarcísio Meira, falecido aos 85 anos pela Covid 19. A história de Tarcísio se confunde com a história da TV brasileira. Foram mais de 60 anos ininterruptos de uma carreira de sucessos. Célebre, foi sua participação nos anos de 1970 na novela "Irmãos Coragem" de Janete Clair. No cinema participou com destaque em dezenas de filmes. Entre os quais "Beijo no Asfalto" de Bruno Barreto e baseado na obra de Nelson Rodrigues e Independência ou Morte, do diretor Carlos Coimbra.

O último trabalho de Tarcísio Meira foi no Teatro da FAAP, em SP, no ano de 2020, onde encenou a peça "O Camareiro" do dramaturgo inglês, Ronald Harwood e sob a direção de Ulisses Cruz.

Três personalidades e três histórias de amor e dedicação ao sindicalismo, às artes e à cultura do Brasil. •



# Plano de reconstrução e transformação do Brasil

OUTRO MUNDO  
É PRECISO  
OUTRO BRASIL  
É NECESSÁRIO



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

Documento histórico, o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil tem como objetivo fortalecer a democracia e recolocar o Estado a serviço do país e do povo. O PT e a Fundação Perseu Abramo propõem a adoção de medidas econômicas de emergência e de longo prazo, com a recuperação de direitos dos trabalhadores e a retomada da soberania nacional.

O texto está disponível no site da Fundação Perseu Abramo: <http://fpabramo.org.br>.





## PROGRAMAÇÃO

02/08 a 06/09  
segundas-feiras  
19 horas, online

Mesas:

02/08 | Abertura: Paulo Freire, vida e obra

09/08 | Paulo Freire e o PT

16/08 | Gestão pública democrática  
numa perspectiva freireana

23/08 | Paulo Freire e as políticas  
públicas de educação

30/08 | Educação e política em  
Paulo Freire

06/09 | Matrizes do pensamento  
freireano



TRANSMISSÃO:

 /fundacao.perseuabramo

 /FundacaoPerseuAbramo



# CALENDÁRIO DE LUTA

## #FORA BOLSONARO

**18.08**

Greve Nacional do Setor Público e Mobilizações  
Fora Bolsonaro

**28.08**

Mutirão Nacional em preparação ao Grito dos  
Excluídos

**04.09**

PT Solidário

**07.09**

Grito dos Excluídos com Atos Fora Bolsonaro  
por todo país



CUIDADOS SANITÁRIOS

